

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	18
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	29

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	120
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	556.405.096
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>556.405.096</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	13.131.356
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>13.131.356</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	17/02/2016	Dividendo	04/03/2016	Ordinária		0,80000

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	9.392.872	9.193.442
1.01	Ativo Circulante	168.495	501.055
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	96.009	48.061
1.01.02	Aplicações Financeiras	21.342	6.708
1.01.03	Contas a Receber	2.059	398.178
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.059	398.178
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	2	392.127
1.01.03.02.02	Demais Contas a Receber	2.057	6.051
1.01.06	Tributos a Recuperar	49.063	48.019
1.01.07	Despesas Antecipadas	22	89
1.02	Ativo Não Circulante	9.224.377	8.692.387
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	809.713	795.269
1.02.01.06	Tributos Diferidos	24.244	8.680
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.244	8.680
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	772.510	782.404
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	12.959	4.185
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	12.811	4.037
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	148	148
1.02.02	Investimentos	8.168.501	7.650.955
1.02.02.01	Participações Societárias	8.168.501	7.650.955
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	8.138.450	7.619.441
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	30.051	31.514
1.02.04	Intangível	246.163	246.163

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	9.392.872	9.193.442
2.01	Passivo Circulante	52.443	332.388
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	196	195
2.01.02	Fornecedores	59	2.636
2.01.03	Obrigações Fiscais	693	1.178
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	33.524	33.560
2.01.04.02	Debêntures	33.524	33.560
2.01.05	Outras Obrigações	17.971	294.819
2.01.05.02	Outros	17.971	294.819
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17.873	293.460
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	98	1.359
2.02	Passivo Não Circulante	961.776	916.013
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	799.723	799.554
2.02.01.02	Debêntures	799.723	799.554
2.02.02	Outras Obrigações	689	5
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	689	5
2.02.04	Provisões	161.364	116.454
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.231	4.221
2.02.04.02	Outras Provisões	157.133	112.233
2.02.04.02.04	Bônus de Subscrição - Indenização	157.133	112.233
2.03	Patrimônio Líquido	8.378.653	7.945.041
2.03.01	Capital Social Realizado	3.838.686	3.838.686
2.03.02	Reservas de Capital	552.038	546.607
2.03.03	Reservas de Reavaliação	5.464	5.590
2.03.04	Reservas de Lucros	3.318.120	3.468.280
2.03.04.01	Reserva Legal	472.350	472.350
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.996.583	1.996.583
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.333.066	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	157.162
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-483.879	-490.881
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	749.483	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-75.888	18.953
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-9.250	66.925

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	375.572	772.407	327.335	727.144
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	0	0	2	-9
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5	2	29.784	29.784
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	375.567	772.405	297.549	697.369
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	375.572	772.407	327.335	727.144
3.06	Resultado Financeiro	-16.654	-34.181	17.242	-5.395
3.06.01	Receitas Financeiras	32.430	73.387	44.585	83.979
3.06.02	Despesas Financeiras	-49.084	-107.568	-27.343	-89.374
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	358.918	738.226	344.577	721.749
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.242	11.152	-16.016	-8.317
3.08.01	Corrente	-987	-4.412	-16.649	-21.230
3.08.02	Diferido	6.229	15.564	633	12.913
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	364.160	749.378	328.561	713.432
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	364.160	749.378	328.561	713.432
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,67270	1,38430	0,60370	1,30860
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,66760	1,37410	0,59870	1,29820

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	364.160	749.378	328.561	713.432
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-59.556	-171.016	-39.783	25.095
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-20.369	-97.697	-14.138	-916
4.02.02	Ajustes Acumulados de Conversão	-39.187	-76.175	-25.645	26.011
4.02.03	Ganhos Atuariais de Benefício Pós-Emprego	0	2.856	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	304.604	578.362	288.778	738.527

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	530.689	952.336
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	540.758	976.228
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	749.378	713.432
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	-772.405	-697.369
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	103.400	91.218
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-15.564	-12.913
6.01.01.05	Dividendos Recebidos de Controladas e Empreendimentos Controlados em Conjunto	475.949	881.860
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.768	-23.892
6.01.02.01	Impostos a Recuperar (AC)	-1.044	1.996
6.01.02.02	Demais Contas a Receber (AC)	3.994	-29.036
6.01.02.03	Despesas Antecipadas (AC)	67	39
6.01.02.04	Fornecedores (PC)	-2.577	-425
6.01.02.05	Salários e Encargos Sociais (PC)	1	36
6.01.02.06	Obrigações Tributárias (PC)	-250	18
6.01.02.07	Demais Contas a Pagar (PC)	-1.261	-23
6.01.02.08	Impostos a Recuperar (ANC)	-8.774	3.493
6.01.02.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas (PNC)	10	10
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social	66	0
6.01.03	Outros	-301	0
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-301	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.265	25.535
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas de Resgastes	-13.265	25.535
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-469.476	-679.665
6.03.01	Financiamentos e Debêntures - Captação	0	799.042
6.03.02	Financiamentos e Debêntures - Amortização	0	-800.000
6.03.03	Financiamentos e Debêntures - Juros Pagos	-58.369	-96.683
6.03.04	Dividendos Pagos	-432.750	-387.796
6.03.05	Aquisição de Ações de Própria Emissão para Manutenção em Tesouraria	0	-168.250
6.03.06	Venda de Ações em Tesouraria	12.433	0
6.03.08	Sociedades Relacionadas	9.210	-25.978
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	47.948	298.206
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	48.061	119.227
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	96.009	417.433

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	218.478	3.801.999	0	85.878	7.945.041
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	218.478	3.801.999	0	85.878	7.945.041
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-144.729	0	0	0	-144.729
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	12.433	0	0	0	12.433
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-157.162	0	0	0	-157.162
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	749.378	-171.016	578.362
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	749.378	0	749.378
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-171.016	-171.016
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-97.697	-97.697
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-76.175	-76.175
5.05.02.06	Ganhos Atuariais em Benefícios pós-emprego, Líquidos de IR e CS	0	0	0	0	2.856	2.856
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-126	0	105	0	-21
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-126	0	126	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-21	0	-21
5.07	Saldos Finais	3.838.686	73.623	3.801.999	749.483	-85.138	8.378.653

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-357.226	0	0	0	-357.226
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-168.250	0	0	0	-168.250
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-188.976	0	0	0	-188.976
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	713.432	25.095	738.527
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	713.432	0	713.432
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	25.095	25.095
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-916	-916
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	26.011	26.011
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-132	0	120	0	-12
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-132	0	132	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-12	0	-12
5.07	Saldos Finais	3.838.686	281.910	3.169.704	713.552	75.436	8.079.288

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
7.01	Receitas	0	29.784
7.01.02	Outras Receitas	0	29.784
7.01.02.01	Resultado na Venda de Bens e Outros Resultados Operacionais, líquidos	0	29.784
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	3.102	2.819
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.671	-9.562
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	8.773	12.381
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.102	32.603
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.102	32.603
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	845.792	781.353
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	772.405	697.369
7.06.02	Receitas Financeiras	73.387	83.979
7.06.03	Outros	0	5
7.06.03.01	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio de Investimentos a Custo	0	5
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	848.894	813.956
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	848.894	813.956
7.08.01	Pessoal	2.583	2.386
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-7.555	6.632
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	104.488	91.506
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	749.378	713.432
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	749.378	713.432

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	20.512.870	20.966.049
1.01	Ativo Circulante	9.729.605	9.911.349
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.503.156	2.702.893
1.01.02	Aplicações Financeiras	789.620	803.304
1.01.03	Contas a Receber	3.391.030	3.199.661
1.01.03.01	Clientes	3.153.093	3.167.164
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	237.937	32.497
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	72.891	29.787
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	716	2.710
1.01.03.02.03	Contas a Receber - Indenização Seguradora	164.330	0
1.01.04	Estoques	2.431.953	2.495.237
1.01.06	Tributos a Recuperar	498.273	628.778
1.01.07	Despesas Antecipadas	115.573	81.476
1.02	Ativo Não Circulante	10.783.265	11.054.700
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.956.184	2.218.142
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	116.482	456.347
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.449	10.618
1.02.01.03	Contas a Receber	202.891	168.746
1.02.01.03.01	Clientes	188.566	152.239
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	14.325	16.507
1.02.01.06	Tributos Diferidos	564.184	558.993
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	564.184	558.993
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	157.571	146.664
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	907.117	876.284
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	148.525	135.449
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	758.592	740.835
1.02.02	Investimentos	117.990	103.728
1.02.02.01	Participações Societárias	117.990	103.728
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	115.176	100.914
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.814	2.814
1.02.03	Imobilizado	5.475.614	5.438.895
1.02.04	Intangível	3.233.477	3.293.935

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	20.512.870	20.966.049
2.01	Passivo Circulante	3.043.250	3.833.391
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	302.452	404.313
2.01.02	Fornecedores	1.018.792	1.460.532
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	946.601	1.390.204
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	72.191	70.328
2.01.03	Obrigações Fiscais	273.829	385.687
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.210.816	1.097.855
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.154.765	1.048.098
2.01.04.02	Debêntures	53.384	47.372
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.667	2.385
2.01.05	Outras Obrigações	166.921	420.703
2.01.05.02	Outros	166.921	420.703
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	21.191	298.791
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	82.626	97.492
2.01.05.02.05	Receita Diferida	21.920	24.420
2.01.05.02.06	Contas a Pagar - Indenização Clientes	41.184	0
2.01.06	Provisões	70.440	64.301
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	52.225	45.322
2.01.06.02	Outras Provisões	18.215	18.979
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.481	5.232
2.01.06.02.04	Benefícios Pós-Emprego	13.734	13.747
2.02	Passivo Não Circulante	9.062.615	9.158.529
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.711.824	7.803.753
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.970.346	5.561.401
2.02.01.02	Debêntures	2.694.195	2.198.843
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	47.283	43.509
2.02.02	Outras Obrigações	106.655	109.547
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.372	4.372
2.02.02.02	Outros	102.283	105.175
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	91.649	94.139
2.02.02.02.04	Receita Diferida	10.634	11.036
2.02.03	Tributos Diferidos	197.942	266.004
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	197.942	266.004
2.02.04	Provisões	1.046.194	979.225
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	700.268	684.660
2.02.04.02	Outras Provisões	345.926	294.565
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	72.709	69.484
2.02.04.02.04	Benefícios Pós-Emprego	116.084	112.848
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	157.133	112.233
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.407.005	7.974.129
2.03.01	Capital Social Realizado	3.838.686	3.838.686
2.03.02	Reservas de Capital	552.038	546.607
2.03.03	Reservas de Reavaliação	5.464	5.590
2.03.04	Reservas de Lucros	3.318.120	3.468.280
2.03.04.01	Reserva Legal	472.350	472.350

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.996.583	1.996.583
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.333.066	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	157.162
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-483.879	-490.881
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	749.483	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-75.888	18.953
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-9.250	66.925
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	28.352	29.088

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	19.298.198	38.822.521	18.510.679	35.914.319
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-17.604.887	-35.410.967	-16.968.005	-32.789.552
3.03	Resultado Bruto	1.693.311	3.411.554	1.542.674	3.124.767
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-960.777	-1.891.565	-938.603	-1.769.997
3.04.01	Despesas com Vendas	-648.869	-1.290.071	-613.623	-1.197.827
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-356.309	-678.129	-309.593	-597.585
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	38.093	73.594	-18.831	24.887
3.04.04.01	Outros Resultados Operacionais, Líquidos	40.176	75.602	-21.202	256
3.04.04.02	Resultado na Venda de Bens	-2.083	-2.008	2.371	24.631
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.308	3.041	3.444	528
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	732.534	1.519.989	604.071	1.354.770
3.06	Resultado Financeiro	-222.460	-438.916	-127.167	-308.410
3.06.01	Receitas Financeiras	105.798	220.927	99.702	203.160
3.06.02	Despesas Financeiras	-328.258	-659.843	-226.869	-511.570
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	510.074	1.081.073	476.904	1.046.360
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-142.957	-326.103	-145.833	-328.677
3.08.01	Corrente	-197.488	-402.726	-202.209	-347.471
3.08.02	Diferido	54.531	76.623	56.376	18.794
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	367.117	754.970	331.071	717.683
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	367.117	754.970	331.071	717.683
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	364.160	749.378	328.561	713.432
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.957	5.592	2.510	4.251
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,67270	1,38430	0,60370	1,30860
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,66760	1,37410	0,59870	1,29820

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	367.117	754.970	331.071	717.683
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-59.556	-171.016	-39.783	25.095
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-20.369	-97.697	-14.138	-916
4.02.02	Ajustes Acumulados de Conversão	-39.187	-76.175	-25.645	26.011
4.02.03	Ganhos Atuariais de Benefício Pós-Emprego	0	2.856	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	307.561	583.954	291.288	742.778
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	304.604	578.362	288.778	738.527
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.957	5.592	2.510	4.251

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 30/06/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	692.881	676.915
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.394.325	1.785.710
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	754.970	717.683
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	-3.041	-528
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	545.363	477.573
6.01.01.04	Créditos de PIS e COFINS sobre Depreciação	6.215	6.546
6.01.01.05	Despesas com Retirada de Tanques	-1.425	-1.973
6.01.01.06	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	159.770	626.903
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-76.623	-18.794
6.01.01.08	Resultado na Venda de Bens	2.008	-24.631
6.01.01.09	Outros	443	2.028
6.01.01.10	Dividendos Recebidos de Controladas e Empreendimentos Controlados em Conjunto	6.645	903
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-329.230	-893.715
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes (AC)	19.841	-259.486
6.01.02.02	Estoques (AC)	63.415	-440.537
6.01.02.03	Impostos a Recuperar (AC)	130.505	-42.410
6.01.02.04	Demais Contas a Receber (AC)	-94.508	-44.305
6.01.02.05	Despesas Antecipadas (AC)	-31.670	-37.294
6.01.02.06	Fornecedores (PC)	-441.739	-321.231
6.01.02.07	Salários e Encargos Sociais (PC)	-101.861	3.366
6.01.02.08	Obrigações Tributárias (PC)	-6.104	14.169
6.01.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social (PC)	216.520	245.838
6.01.02.11	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas (PC)	6.903	524
6.01.02.12	Receita Diferida (PC)	-2.500	-1.368
6.01.02.13	Demais Contas a Pagar (PC)	-88.032	-10.981
6.01.03	Outros	-372.214	-215.080
6.01.03.01	Contas a Receber (ANC)	-36.327	-1.475
6.01.03.02	Impostos a Recuperar (ANC)	-13.076	19.430
6.01.03.03	Depósitos Judiciais (ANC)	-17.757	-22.934
6.01.03.04	Demais Contas a Receber (ANC)	2.182	-2.316
6.01.03.05	Despesas Antecipadas (ANC)	-901	6.104
6.01.03.06	Benefícios Pós-Emprego (PNC)	3.223	7.864
6.01.03.07	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas (PNC)	15.608	21.693
6.01.03.08	Demais Contas a Pagar (PNC)	-2.490	-129
6.01.03.09	Receita Diferida (PNC)	-402	852
6.01.03.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-322.274	-244.169
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-298.332	-270.044
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas de Resgates	350.060	230.195
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	-409.923	-295.278
6.02.04	Aquisição de Intangível	-226.034	-236.195
6.02.05	Aporte de Capital em Controladas em Conjunto	-25.781	-20.100
6.02.06	Receita com a Venda de Bens	13.346	51.334
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-576.246	-1.190.312

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
6.03.01	Financiamentos e Debêntures - Captação	948.388	1.445.207
6.03.02	Financiamentos e Debêntures - Amortização	-411.219	-1.482.267
6.03.03	Financiamentos e Debêntures - Juros Pagos	-669.901	-585.912
6.03.04	Contraprestação de Arrendamento Mercantil	-2.429	-2.734
6.03.05	Dividendos Pagos	-441.085	-396.347
6.03.06	Aquisição de Ações de Própria Emissão para Manutenção em Tesouraria	0	-168.250
6.03.09	Aquisição de Participação de Acionistas não-Controladores de Controladas	0	-9
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-18.040	11.083
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-199.737	-772.358
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.702.893	2.827.369
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.503.156	2.055.011

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	218.478	3.801.999	0	85.878	7.945.041	29.088	7.974.129
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	218.478	3.801.999	0	85.878	7.945.041	29.088	7.974.129
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-144.729	0	0	0	-144.729	0	-144.729
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	12.433	0	0	0	12.433	0	12.433
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-157.162	0	0	0	-157.162	0	-157.162
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	749.378	-171.016	578.362	5.592	583.954
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	749.378	0	749.378	5.592	754.970
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-171.016	-171.016	0	-171.016
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-97.697	-97.697	0	-97.697
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-76.175	-76.175	0	-76.175
5.05.02.06	Ganhos Atuariais em Benefício pós-emprego, Líquidos de IR e CS	0	0	0	0	2.856	2.856	0	2.856
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-126	0	105	0	-21	-6.328	-6.349
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-126	0	126	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-21	0	0	-6.328	-6.349
5.07	Saldos Finais	3.838.686	73.623	3.801.999	749.483	-85.138	8.378.653	28.352	8.407.005

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999	28.596	7.726.595
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999	28.596	7.726.595
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-357.226	0	0	0	-357.226	0	-357.226
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-168.250	0	0	0	-168.250	0	-168.250
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-188.976	0	0	0	-188.976	0	-188.976
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	713.432	25.095	738.527	4.251	742.778
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	713.432	0	713.432	4.251	717.683
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	25.095	25.095	0	25.095
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-916	-916	0	-916
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	26.011	26.011	0	26.011
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-132	0	120	0	-12	-6.455	-6.467
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-132	0	132	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-12	0	-12	0	-12
5.06.04	Dividendos de Acionistas Não Controladores de Controladas	0	0	0	0	0	0	-6.455	-6.455
5.07	Saldos Finais	3.838.686	281.910	3.169.704	713.552	75.436	8.079.288	26.392	8.105.680

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
7.01	Receitas	39.774.747	36.805.304
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	39.721.356	36.794.135
7.01.02	Outras Receitas	73.594	24.887
7.01.02.01	Resultado na Venda de Bens e Outros Resultados Operacionais, Líquidos	73.594	24.887
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-20.203	-13.718
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-36.418.119	-33.774.417
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-33.176.692	-30.834.900
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.073.556	-999.251
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-4.685	-3.379
7.02.04	Outros	-2.163.186	-1.936.887
7.02.04.01	Matérias-Primas Consumidas	-2.163.186	-1.936.887
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.356.628	3.030.887
7.04	Retenções	-551.578	-484.119
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-551.578	-484.119
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.805.050	2.546.768
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	284.559	259.805
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.041	528
7.06.02	Receitas Financeiras	220.927	203.160
7.06.03	Outros	60.591	56.117
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	60.591	56.117
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.089.609	2.806.573
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.089.609	2.806.573
7.08.01	Pessoal	859.603	786.634
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	763.781	721.043
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	711.255	581.213
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	754.970	717.683
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	754.970	717.683

## Comentário do Desempenho



# ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

MD&A - ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS  
Segundo Trimestre de 2016

(1) Informações financeiras selecionadas e operacionais:

(R\$ milhões)	2T16	2T15	1T16	Variação 2T16 X 2T15	Variação 2T16 X 1T16	1S16	1S15	Variação 1S16 X 1S15
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>19.298,2</b>	<b>18.510,7</b>	<b>19.524,3</b>	<b>4%</b>	<b>-1%</b>	<b>38.822,5</b>	<b>35.914,3</b>	<b>8%</b>
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(17.604,9)	(16.968,0)	(17.806,1)	4%	-1%	(35.411,0)	(32.789,6)	8%
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.693,3</b>	<b>1.542,7</b>	<b>1.718,2</b>	<b>10%</b>	<b>-1%</b>	<b>3.411,6</b>	<b>3.124,8</b>	<b>9%</b>
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(1.005,2)	(923,2)	(963,0)	9%	4%	(1.968,2)	(1.795,4)	10%
Outros resultados operacionais, líquidos	40,2	(21,2)	35,4	N/A	13%	75,6	0,3	N/A
Resultado na venda de bens	(2,1)	2,4	0,1	N/A	N/A	(2,0)	24,6	N/A
<b>Lucro operacional</b>	<b>726,2</b>	<b>600,6</b>	<b>790,7</b>	<b>21%</b>	<b>-8%</b>	<b>1.516,9</b>	<b>1.354,2</b>	<b>12%</b>
Despesa financeira, líquida	(222,5)	(127,2)	(216,5)	75%	3%	(438,9)	(308,4)	42%
Equivalência patrimonial	6,3	3,4	(3,3)	83%	N/A	3,0	0,5	N/A
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>510,1</b>	<b>476,9</b>	<b>571,0</b>	<b>7%</b>	<b>-11%</b>	<b>1.081,1</b>	<b>1.046,4</b>	<b>3%</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(173,4)	(167,5)	(205,3)	4%	-16%	(378,7)	(366,0)	3%
Imposto de renda e contribuição social - incentivos fiscais	30,5	21,7	22,1	41%	38%	52,6	37,3	41%
<b>Lucro líquido</b>	<b>367,1</b>	<b>331,1</b>	<b>387,9</b>	<b>11%</b>	<b>-5%</b>	<b>755,0</b>	<b>717,7</b>	<b>5%</b>
Lucro atribuível a acionistas da Ultrapar	364,2	328,6	385,2	11%	-5%	749,4	713,4	5%
Lucro atribuível a acionistas não controladores de controladas	3,0	2,5	2,6	18%	12%	5,6	4,3	32%
<b>EBITDA (*)</b>	<b>1.007,8</b>	<b>845,8</b>	<b>1.057,6</b>	<b>19%</b>	<b>-5%</b>	<b>2.065,4</b>	<b>1.832,3</b>	<b>13%</b>
<b>Tons mil de GLP vendido</b>	<b>446,7</b>	<b>430,1</b>	<b>407,0</b>	<b>4%</b>	<b>10%</b>	<b>853,6</b>	<b>833,3</b>	<b>2%</b>
<b>M3 mil de combustíveis vendidos</b>	<b>5.948,0</b>	<b>6.432,7</b>	<b>5.934,2</b>	<b>-8%</b>	<b>0%</b>	<b>11.882,2</b>	<b>12.562,6</b>	<b>-5%</b>
<b>Tons mil de químicos vendidos</b>	<b>183,7</b>	<b>192,6</b>	<b>181,5</b>	<b>-5%</b>	<b>1%</b>	<b>365,2</b>	<b>367,7</b>	<b>-1%</b>

(\*) Para maiores informações sobre EBITDA, veja nota (1) na página 24.

## Comentário do Desempenho

### *Considerações sobre as informações financeiras e operacionais*

#### *Padrões e critérios aplicados na preparação das informações trimestrais consolidadas*

As informações financeiras apresentadas nesse documento foram preparadas com base nas informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2016, que foram elaboradas de acordo com a norma internacional IAS 34 emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. As informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas da companhia. As informações financeiras da Ipiranga, Oxiteno, Ultragaz, Ultracargo e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

## Comentário do Desempenho

### (2) Análise do desempenho:

#### Ultrapar

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida consolidada da Ultrapar no 2T16 cresceu 4% em relação ao 2T15, atingindo R\$ 19.298 milhões, em função do crescimento de receita na Ipiranga, Ultragaz, Ultracargo e Extrafarma. Em relação ao 1T16, a receita líquida da Ultrapar apresentou queda de 1%, principalmente devido a Ipiranga e Oxiteno, que apresentaram redução de receita líquida nessa comparação. No primeiro semestre de 2016, a receita líquida da Ultrapar cresceu 8% em relação ao 1S15, totalizando R\$ 38.823 milhões.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados: No 2T16, o custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados da Ultrapar registrou aumento de 4% em relação ao 2T15, totalizando R\$ 17.605 milhões, em função do maior custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados em todas as unidades de negócios, exceto na Oxiteno, que permaneceu estável. Em relação ao 1T16, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar apresentou queda de 1%, em função do menor custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados na Ipiranga e Oxiteno. No primeiro semestre de 2016, o custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados da Ultrapar cresceu 8% em relação ao 1S15, totalizando R\$ 35.411 milhões.

Lucro bruto: A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 1.693 milhões no 2T16, aumento de 10% em relação ao 2T15, em função do aumento do lucro bruto observado na Ipiranga, Ultragaz e Extrafarma. Em relação ao 1T16, o lucro bruto da Ultrapar apresentou queda de 1%, com redução na Oxiteno. No primeiro semestre de 2016, o lucro bruto da Ultrapar cresceu 9% em relação ao 1S15, totalizando R\$ 3.412 milhões.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar somaram R\$ 1.005 milhões no 2T16, aumento de 9% em relação ao 2T15, em função do aumento das despesas em todos os negócios, exceto na Oxiteno e Ultracargo. Em relação ao 1T16, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar aumentaram 4%. No primeiro semestre de 2016, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar cresceram 10% em relação ao 1S15, totalizando R\$ 1.968 milhões.

Outros resultados operacionais, líquidos: No 2T16, os outros resultados operacionais totalizaram uma receita líquida de R\$ 40 milhões, contra uma despesa líquida de R\$ 21 milhões no 2T15 e uma receita líquida de R\$ 35 milhões no 1T16. No 2T16, o valor é explicado por (i) receita de R\$ 30 milhões referente adiantamentos de seguro relacionados a lucros cessantes em 2015 com o incêndio da Ultracargo em Santos e (ii) maiores receitas decorrentes da estratégia de inovação constante em serviços e conveniência na Ipiranga, parcialmente compensando por R\$ 12 milhões de despesas com o incêndio em Santos. No primeiro semestre de 2016, os outros resultados operacionais totalizaram uma receita líquida de R\$ 76 milhões.

Depreciação e amortização: O total de custos e despesas com depreciação e amortização no 2T16 foi de R\$ 275 milhões, 14% acima do 2T15, em função dos investimentos realizados ao longo dos últimos 12 meses, com destaque para a expansão da rede de postos da Ipiranga. Em relação ao 1T16, o total de custos e despesas com depreciação e amortização apresentou um aumento de 2%. No 1S16, o total de custos e despesas com depreciação da Ultrapar foi R\$ 545 milhões, 14% acima do 1S15.

Lucro operacional: A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 726 milhões no 2T16, 21% acima do lucro operacional do 2T15, em função do aumento do lucro operacional observado na Ipiranga e Ultragaz. Em relação ao 1T16, o lucro operacional apresentou queda de 8% em função do menor lucro operacional observado na Oxiteno. No primeiro semestre de 2016, o lucro operacional da Ultrapar foi de R\$ 1.517 milhões, 12% acima do 1S15.

Resultado financeiro: O endividamento líquido da Ultrapar em 30 de junho de 2016 era R\$ 5,5 bilhões (1,3x LTM EBITDA), em comparação a R\$ 5,0 bilhões em junho de 2015 (1,4x LTM EBITDA). A Ultrapar apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 222 milhões no 2T16, aumento de R\$ 95 milhões em relação ao 2T15, devido (i) ao maior CDI, (ii) ao aumento no endividamento líquido, devido ao crescimento da companhia, (iii) a efeitos cambiais no período e (iv) a incidência de PIS/Cofins sobre receita financeira a partir de julho de 2015. Em relação ao 1T16, a despesa financeira líquida apresentou um aumento de R\$ 6 milhões, principalmente em função de dívida líquida média mais alta no 2T16. No 1S16, a Ultrapar apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 439 milhões, aumento de 42% comparado ao 1S15.

## Comentário do Desempenho

**Imposto de renda e contribuição social / Incentivos fiscais:** A Ultrapar apresentou no 2T16 uma despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais, no valor de R\$ 143 milhões, queda de 2% em relação ao 2T15, em função de maiores incentivos fiscais que a Ultrapar possui em suas operações no nordeste brasileiro. Em relação ao 1T16, a despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais reduziu 22%. No primeiro semestre de 2016, a Ultrapar apresentou uma despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais, no valor de R\$ 326 milhões, queda de 1% em relação ao 1S15.

**Lucro líquido:** O lucro líquido do 2T16 foi de R\$ 367 milhões, aumento de 11% comparado ao 2T15, em função do crescimento do EBITDA, apesar das maiores despesas financeiras líquidas e maior depreciação e amortização, decorrentes do maior CDI e dívida líquida e de investimentos em expansão. Em relação ao 1T16, o lucro líquido foi 5% menor, em linha com a redução do EBITDA. No 1S16, a Ultrapar acumulou um lucro líquido de R\$ 755 milhões, 5% acima do 1S15.

**EBITDA:** O EBITDA consolidado da Ultrapar totalizou R\$ 1.008 milhões no 2T16, crescimento de 19% comparado ao 2T15. Em relação ao 1T16, o EBITDA da Ultrapar apresentou uma queda de 5%, devido principalmente à queda no EBITDA da Oxiteno. No primeiro semestre de 2016, o EBITDA da Ultrapar totalizou R\$ 2.065 milhões, um aumento de 13% em relação ao 1S15.

R\$ milhões				Variação	Variação	Variação		
	2T16	2T15	1T16	2T16 X 2T15	2T16 X 1T16	1S16	1S15	1S16 X 1S15
Ultrapar	1.007,8	845,8	1.057,6	19%	-5%	2.065,4	1.832,3	13%
Ipiranga	717,9	575,7	712,3	25%	1%	1.430,2	1.290,2	11%
Oxiteno	116,8	203,0	198,3	-42%	-41%	315,2	347,6	-9%
Ultragaz	108,4	72,8	108,5	49%	0%	216,9	145,1	49%
Ultracargo	41,8	(48,8)	32,6	N/A	28%	74,4	(1,1)	N/A
Extrafarma	12,3	8,9	5,2	37%	N/A	17,5	14,1	24%

- (1) O EBITDA apresentado neste documento corresponde ao lucro líquido antes (i) do imposto de renda e contribuição social, (ii) da despesa (receita) financeira, líquida e (iii) da depreciação e amortização, de acordo com a ICVM 527/12. A divulgação de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida utilizada pela administração para avaliação interna de resultados operacionais, além de ser uma medida direta ou indiretamente relacionada a uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. É também um indicador financeiro amplamente utilizado por analistas e investidores para mensurar nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações e nosso desempenho operacional. Adicionalmente, utilizamos o EBITDA como referência em obrigações (*covenants*) relacionadas a alguns de nossos contratos de financiamento, conforme comentado na nota explicativa nº 14 das informações trimestrais. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro como também da nossa capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do nosso endividamento e de obter recursos para nossos investimentos e capital de giro. Nossa definição de EBITDA pode diferir de, e, conseqüentemente, não ser comparável com nomenclaturas similares utilizadas por outras companhias, limitando assim seu uso como medida comparativa. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo as receitas e despesas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações de imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda e depreciação e amortização.

## Comentário do Desempenho

Segue abaixo a reconciliação do EBITDA com o lucro líquido do período:

R\$ milhões	2T16	2T15	1T16	1S16	1S15
<b>Lucro líquido</b>	<b>367,1</b>	<b>331,1</b>	<b>387,9</b>	<b>755,0</b>	<b>717,7</b>
(+) Imposto de renda e contribuição social	143,0	145,8	183,1	326,1	328,7
(+) Despesa financeira, líquida	222,5	127,2	216,5	438,9	308,4
(+) Depreciação e amortização	275,2	241,7	270,1	545,4	477,6
<b>EBITDA</b>	<b>1.007,8</b>	<b>845,8</b>	<b>1.057,6</b>	<b>2.065,4</b>	<b>1.832,3</b>

Segue abaixo a análise do desempenho por segmento:

### Ipiranga

Desempenho operacional: O volume de vendas da Ipiranga totalizou 5.948 mil metros cúbicos no 2T16, queda de 8% comparado ao volume vendido no 2T15. O volume vendido de combustíveis para veículos leves (ciclo Otto) apresentou queda de 11% em relação ao 2T15, apesar do crescimento estimado de 2% da frota, reflexo da piora dos níveis de desemprego, e deterioração na relação preço de combustíveis e renda da população. O volume de diesel apresentou redução de 5% em relação ao 2T15, acompanhando o desempenho mais fraco da economia. Apesar de ser sazonalmente mais forte, o 2T16 ficou estável em relação ao 1T16, pelos efeitos do agravamento da situação econômica. No 1S16, a Ipiranga acumula um volume vendido de 11.882 mil metros cúbicos, queda de 5% sobre o volume do 1S15.

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida da Ipiranga totalizou R\$ 16.588 milhões no 2T16, 4% acima da receita líquida do 2T15, apesar do menor volume, principalmente em função (i) dos aumentos dos custos de diesel e gasolina pela Petrobras em setembro de 2015, e, conseqüentemente, dos maiores custos de etanol, (ii) da menor participação do etanol na composição de vendas do 2T16 e (iii) da estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente. Em relação ao 1T16, a receita líquida apresentou uma queda de 2%, principalmente devido à redução no custo unitário do etanol no 2T16. No 1S16, a receita líquida totalizou R\$ 33.458 milhões, aumento de 8% em relação ao 1S15.

Custo dos produtos vendidos: O custo dos produtos vendidos da Ipiranga somou R\$ 15.504 milhões no 2T16, aumento de 3% em relação ao 2T15, principalmente em função dos aumentos dos custos de diesel e gasolina em setembro de 2015 e, conseqüentemente, dos maiores custos de etanol, atenuado pelos menores volumes vendidos. O custo dos produtos vendidos caiu 2% em relação ao 1T16, em função principalmente da redução no custo unitário de etanol. No 1S16, o custo dos produtos vendidos acumulou R\$ 31.317 milhões, 7% acima do montante apresentado no 1S15.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ipiranga totalizaram R\$ 558 milhões no 2T16, 11% acima do 2T15, devido a (i) efeitos da inflação sobre despesas, (ii) estudos e projetos de expansão e inovação e (iii) ampliação da rede de revendedores Ipiranga, parcialmente compensados por menores despesas com frete, devido ao menor volume. Em relação ao 1T16, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais subiram 4%, principalmente em função de maiores despesas com estudos e projetos no 2T16, parcialmente compensadas por menores despesas com marketing, redução típica entre primeiro e segundo trimestres em função da convenção anual com revendedores em fevereiro. No 1S16, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais totalizaram R\$ 1.098 milhões, aumento de 10% em relação ao 1S15, em linha com a evolução da inflação.

EBITDA: O EBITDA da Ipiranga atingiu R\$ 718 milhões no 2T16, crescimento de 25% em relação ao 2T15, devido à estratégia de inovação constante em serviços e conveniência, gerando maior satisfação e fidelidade dos clientes, e a movimentos nos mercados interno e externo de combustíveis, apesar do menor volume vendido. Em relação ao 1T16, o EBITDA da Ipiranga apresentou aumento de 1%, devido à sazonalidade entre períodos. No 1S16, o EBITDA totalizou R\$ 1.430 milhões, 11% acima do 1S15.

## Comentário do Desempenho

### Oxiteno

Desempenho operacional: O volume de vendas da Oxiteno totalizou 184 mil toneladas, 5% (9 mil tons) menor que no 2T15. O volume vendido de especialidades foi 7% menor, efeito principalmente da forte retração da economia brasileira. Por outro lado, as *commodities* apresentaram vendas 5% maiores, compensando em parte a redução nas especialidades. Comparado ao 1T16, o volume de vendas foi 1% (2 mil tons) maior, em decorrência de maiores vendas de *commodities*. O volume vendido no 1S16 totalizou 365 mil toneladas, 1% abaixo do volume vendido no 1S15.

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida da Oxiteno totalizou R\$ 909 milhões no 2T16, queda de 10% comparado ao 2T15, em função (i) do menor volume de vendas, (ii) da maior participação de *commodities* no mix de produtos e (iii) de menores preços médios em dólar, devido à redução dos custos das matérias-primas ao longo de 2015. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo Real 14% mais depreciado frente ao dólar. Em relação ao 1T16, a receita líquida apresentou uma queda de 9%, apesar do pequeno aumento no volume de vendas, em função principalmente do Real mais valorizado em 10% frente ao dólar. A receita líquida acumulada no 1S16 foi de R\$ 1.913 milhões, 3% acima do 1S15.

Custo dos produtos vendidos: O custo dos produtos vendidos da Oxiteno no 2T16 totalizou R\$ 683 milhões, estável em relação ao 2T15, apesar do menor volume de vendas e menor custo variável unitário em dólar, devido (i) a custos com manutenção em função das paradas programadas de Mauá e Camaçari, (ii) ao Real 14% mais desvalorizado em relação ao dólar. Em relação ao 1T16, o custo dos produtos vendidos apresentou uma queda de 2%, devido ao Real 10% mais valorizado frente ao dólar, parcialmente compensado por maior volume de vendas e preços das principais matérias-primas mais elevados. No 1S16, o custo dos produtos vendidos acumulou R\$ 1.379 milhões, 7% acima do montante apresentado no 1S15.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Oxiteno totalizaram R\$ 149 milhões no 2T16, 8% abaixo do 2T15, devido a menores despesas com remuneração variável e fretes nacionais, fruto do menor volume de vendas. Em relação ao 1T16, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais apresentaram aumento de 1%, devido principalmente ao maior volume de vendas. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais foram de R\$ 297 milhões no 1S16, queda de 2% em relação ao 1S15.

EBITDA: O EBITDA totalizou R\$ 117 milhões no 2T16, queda de 42% comparado ao 2T15, principalmente em função do menor volume de especialidades e das trajetórias opostas de variação cambial e dos custos de matéria-prima, que foram favoráveis no 1S15 e desfavoráveis no 1S16, apesar do câmbio médio R\$ 0,44/US\$ mais desvalorizado no 2T16 versus o 2T15. Em relação ao 1T16, o EBITDA apresentou uma queda de 41%, em função do movimento de apreciação do Real com patamar médio 10% (ou R\$ 0,40/US\$) mais valorizado frente ao dólar, apesar do maior volume. No 1S16, o EBITDA totalizou R\$ 315 milhões, 9% abaixo do 1S15.

### Ultragaz

Desempenho operacional: No 2T16, a Ultragaz atingiu volume de vendas de 447 mil toneladas, aumento de 4% no volume vendido no 2T16 comparado ao 2T15, apesar da retração da economia. O segmento envasado apresentou crescimento de 1% em relação ao 2T15, fruto de iniciativas comerciais para adição de novas revendas. No segmento granel o volume vendido foi 10% maior comparado ao 2T15, em decorrência de investimentos realizados para captura de novos clientes industriais e de pequenas e médias empresas, apesar dos efeitos da retração da economia. Em relação ao 1T16, o volume vendido apresentou aumento de 10%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos e do maior consumo de novos clientes. No semestre, a Ultragaz acumulou um volume de vendas de 854 mil toneladas, 2% acima do 1S15.

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida da Ultragaz foi de R\$ 1.343 milhões no 2T16, aumento de 20% em relação ao 2T15, em função (i) do maior volume vendido, (ii) do aumento dos custos do GLP pela Petrobras em setembro e dezembro de 2015, (iii) da maior participação do granel na composição de vendas e (iv) da estratégia de diferenciação e inovação. Em relação ao 1T16, a receita líquida apresentou aumento de 9%, devido principalmente ao maior volume vendido. No 1S16, a receita líquida da Ultragaz totalizou R\$ 2.576 milhões, aumento de 19% em relação ao 1S15.

## Comentário do Desempenho

Custo dos produtos vendidos: O custo dos produtos vendidos da Ultragaz totalizou R\$ 1.124 milhões no 2T16, aumento de 18% em relação ao 2T15, em função de (i) aumento do custo do GLP, (ii) maior volume vendido, (iii) maiores custos unitários com frete, devido ao aumento de vendas em rotas mais distantes, e (iv) maiores custos com pessoal, efeito da inflação. Em relação ao 1T16, o custo dos produtos vendidos apresentou aumento de 10%, principalmente em função de maiores volumes de vendas e maiores fretes unitários. No 1S16, o custo dos produtos vendidos da Ultragaz foi de R\$ 2.149 milhões, crescimento de 17% em relação ao 1S15.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultragaz totalizaram R\$ 149 milhões no 2T16, aumento de 14% com relação ao 2T15, devido aos efeitos da inflação sobre as despesas e a estudos e projetos, parcialmente compensados por menores gastos com marketing, devido à campanha de relançamento da marca Ultragaz no 2T15. Em relação ao 1T16, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais apresentaram aumento de 6%, principalmente devido a maiores despesas com estudos e projetos. No 1S16, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultragaz totalizaram R\$ 290 milhões, aumento de 18% em relação ao 1S15.

EBITDA: O EBITDA da Ultragaz atingiu R\$ 108 milhões no 2T16, 49% acima do 2T15, devido principalmente ao maior volume vendido, fruto de iniciativas comerciais para captura de novos clientes e revendas, e da estratégia de diferenciação e inovação. Em relação ao 1T16, o EBITDA permaneceu estável, devido ao maior volume de vendas, compensado por maiores custos e despesas no 2T16. No 1S16, o EBITDA da Ultragaz totalizou R\$ 217 milhões, 49% acima do 1S15.

### Ultracargo

Desempenho operacional: No 2T16, a armazenagem média total da Ultracargo apresentou aumento de 9% em relação ao 2T15, devido à interdição total em abril de 2015 do terminal de Santos, que no 2T16 permaneceu parcialmente interditado, e ao aumento de movimentação de combustíveis. Excluindo Santos, este número foi 5% maior em relação ao 2T15, em função da maior movimentação de combustíveis, apesar da queda de movimentação em químicos. Comparado ao 1T16, a armazenagem média dos terminais da Ultracargo subiu 1% com aumento na movimentação de combustíveis. No primeiro semestre de 2016, a Ultracargo acumula uma variação negativa de 3% na ocupação média de seus terminais em relação ao 1S15.

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida da Ultracargo totalizou R\$ 85 milhões no 2T16, aumento de 16% comparado ao 2T15, devido ao aumento na armazenagem média e reajustes de tarifas. Em relação ao 1T16, a receita líquida ficou 5% acima, principalmente em função da maior movimentação de combustíveis. Excluindo as operações de Santos, os demais terminais apresentaram receita líquida 11% e 7% maiores que no 2T15 e no 1T16, respectivamente. No 1S16, a receita líquida da Ultracargo totalizou R\$ 166 milhões, estável na comparação com o 1S15.

Custo dos serviços prestados: O custo dos serviços prestados da Ultracargo no 2T16 foi de R\$ 50 milhões, aumento de 40% comparado ao 2T15, devido aos efeitos da inflação sobre os custos com pessoal, maiores gastos com manutenção nos terminais e indenizações a clientes e trabalhistas. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2016, algumas despesas passaram a ser consideradas como custos, representando R\$ 3 milhões no 2T16. Em relação ao 1T16, o custo dos serviços prestados cresceu 4%, devido a maiores custos com indenizações a clientes e trabalhistas. No 1S16, o custo dos serviços prestados da Ultracargo totalizou R\$ 97 milhões, 38% acima do 1S15.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultracargo totalizaram R\$ 23 milhões no 2T16, redução de 3% em relação ao 2T15, principalmente em função de despesas que passaram a ser consideradas como custos a partir de janeiro de 2016, como mencionado na explicação de custos, apesar de maiores gastos com manutenção. Em relação ao 1T16, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais tiveram aumento de 15%, principalmente devido a maiores gastos com pessoal e manutenção. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais foram de R\$ 42 milhões no 1S16, redução de 7% em relação ao 1S15.

Outros resultados operacionais: A linha de “Outros resultados operacionais” totalizou no 2T16 uma receita líquida de R\$ 18 milhões, comparada a uma despesa líquida de R\$ 74 milhões no 2T15 e receita líquida de R\$ 8 milhões no 1T16. No 2T16, o valor é composto principalmente de receita de R\$ 30 milhões referente a adiantamentos de seguro com o incêndio, parcialmente compensados por R\$ 12 milhões de despesas com o incêndio em Santos.

## Comentário do Desempenho

**EBITDA:** O EBITDA total da Ultracargo atingiu R\$ 42 milhões no 2T16, aumento de R\$ 91 milhões comparado ao 2T15, que foi negativo em R\$ 49 milhões, devido a menores despesas relacionadas ao incêndio, já que uma parte considerável destas despesas aconteceu no 2T15, e recebimento de adiantamento de seguro no valor de R\$ 30 milhões no 2T16. Na mesma comparação, o EBITDA ex-Santos permaneceu estável. Com relação ao 1T16, houve um aumento de 28%, devido a menores despesas relacionadas ao incêndio. Excluindo as operações de Santos, o EBITDA da Ultracargo permaneceu estável. No 1S16, a Ultracargo apresentou EBITDA de R\$ 74 milhões, aumento de R\$ 76 milhões com relação ao 1S15.

### Extrafarma

**Desempenho operacional:** A Extrafarma encerrou o 2T16 com 280 lojas, um aumento de 46 lojas (20%) comparado ao 2T15. Ao longo do 2T16, foram abertas 20 novas lojas, com um fechamento. Ao final do 2T16, 40% das lojas possuíam até três anos de operação, em comparação a 32% no 2T15.

**Receita bruta:** A receita bruta da Extrafarma totalizou R\$ 409 milhões no 2T16, aumento de 14% em relação ao 2T15, em função do crescimento de 24% no faturamento de varejo ex-telefonias, devido ao maior número médio de lojas e ao *same store sales* ex-telefonias 18% maior, para o qual contribuíram iniciativas de elevação do padrão de gestão de varejo farmacêutico e o reajuste anual de medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (CMED). O crescimento no faturamento de varejo ex-telefonias foi parcialmente compensado pela deterioração do cenário econômico, que levou a uma queda de 38% nas vendas de telefonias. Em relação ao 1T16, a receita bruta da Extrafarma aumentou 10%, em decorrência da sazonalidade entre períodos e do reajuste anual de medicamentos da CMED em 1º de abril de 2016. No 1S16, a receita bruta da Extrafarma totalizou R\$ 781 milhões, 12% acima do 1S15.

**Custo dos produtos vendidos e lucro bruto:** O custo dos produtos vendidos da Extrafarma totalizou R\$ 258 milhões no 2T16, aumento de 11% em relação ao 2T15, principalmente em decorrência do maior volume de vendas e do reajuste anual nos preços de medicamentos. O lucro bruto atingiu R\$ 129 milhões, aumento de 23% em relação ao 2T15, devido ao crescimento no faturamento de varejo ex-telefonias e à estratégia de compras em antecipação à alteração da CMED. Em relação ao 1T16, o custo dos produtos vendidos foi 8% maior no 2T16 e o lucro bruto teve um aumento de 15%, devido aos mesmos fatores mencionados acima. No 1S16, o custo dos produtos vendidos da Extrafarma totalizou R\$ 496 milhões, 9% acima do 1S15, enquanto o lucro bruto aumentou 19%, totalizando R\$ 241 milhões.

**Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais:** As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Extrafarma totalizaram R\$ 127 milhões no 2T16, crescimento de 23% com relação ao 2T15, ou 20% excluindo as despesas com depreciação e amortização. O aumento decorre do número médio de lojas 20% maior e de efeitos da inflação sobre as despesas com pessoal e aluguel, parcialmente compensados por ações implementadas para elevação do padrão de gestão de varejo farmacêutico. Em relação ao 1T16, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais aumentaram 9%, devido ao maior número de lojas e faturamento sazonalmente maior. No 1S16, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Extrafarma totalizaram R\$ 243 milhões, 22% acima do 1S15.

**EBITDA:** O EBITDA da Extrafarma totalizou R\$ 12 milhões no 2T16, crescimento de 37% em relação ao 2T15, principalmente em função do crescimento de 24% no faturamento de varejo ex-telefonias e ações implementadas para elevação do padrão de gestão de varejo farmacêutico, parcialmente compensados pelo maior número de lojas ainda em maturação e pela deterioração do cenário econômico, que levou a uma queda de 38% nas vendas de telefonias. Em relação ao 1T16, o EBITDA da Extrafarma apresentou um aumento de R\$ 7 milhões, devido ao maior faturamento, fruto da sazonalidade e do reajuste anual de preços de medicamentos da CMED. No 1S16, o EBITDA da Extrafarma totalizou R\$ 17 milhões, 24% maior que no 1S15.

*Em atendimento à Instrução CVM 381/03, informamos que nossos auditores externos, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram, no período referente aos primeiros seis meses de 2016, quaisquer outros serviços que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e revisão das informações trimestrais da Ultrapar e controladas.*

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de granéis líquidos (“Ultracargo”) e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”). Para maiores informações sobre os segmentos vide nota explicativa nº 30.

### 2 Apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* (“IAS”) 34 - *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

#### a. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável.

A receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. A receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. A receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. A receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. A receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

### **c. Ativos financeiros**

Conforme o IAS 32, IAS 39 e *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- **Mantidos até o vencimento:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- **Disponíveis para venda:** ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.
- **Empréstimos e recebíveis:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro derivativo utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável que possa afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) a Sociedade cancela a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 31.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **d. Contas a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide notas explicativas nº 5 e 31 – Risco de crédito de clientes).

### **e. Estoques**

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

### **f. Investimentos**

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais.

Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 11).

Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle.

Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **g. Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.m e 19).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

### **h. Arrendamento mercantil**

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo à Sociedade e suas controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.h).

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 32.c).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **i. Intangível**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado pela Sociedade para fins de teste de recuperabilidade.
- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 13 itens i e vi).

### **j. Demais ativos**

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.u).

### **k. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 14.i). Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis à emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais são reconhecidos no patrimônio líquido e não são amortizados.

### ***l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido***

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas efetivas, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das informações trimestrais. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

### ***m. Provisão para retirada de tanques***

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 19). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

### ***n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 20).

### ***o. Benefícios pós-emprego***

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 18.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido. Os custos dos serviços passados são reconhecidos no resultado.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **p. Demais passivos**

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

### **q. Transações em moeda estrangeira**

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

### **r. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior**

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Reais) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 30 de junho de 2016 totalizou R\$ 9.250 de perda cambial (R\$ 66.925 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2015).

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<b><u>Controlada</u></b>	<b><u>Moeda funcional</u></b>	<b><u>País</u></b>
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Andina, C.A.	Bolívar	Venezuela
Oxiten Uruguay S.A.	Dólar norte-americano	Uruguai

A controlada Oxiten Uruguay S.A. (“Oxiten Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas e compras de mercadorias, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária, conforme o IAS 29. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiteno Andina, C.A. (“Oxiteno Andina”) estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

Em 9 de março de 2016, o Banco Central da Venezuela emitiu o Convênio Cambial nº 35, vigente a partir de 10 de março de 2016, que alterou o mercado cambiário venezuelano, regulamentando os tipos de câmbio legalmente reconhecidos:

a) DIPRO - *Tipo de Cambio Protegido*: o Bolívar (“VEF”) é negociado à taxa de 9,975 VEF/US\$ para compra e 10,00 VEF/US\$ para venda, e é aplicável as operações de importação de bens de primeira necessidade (medicamentos e alimentos) e para matérias-primas e insumos associados à produção destes setores, sendo canalizadas através do CENCOEX - *Centro Nacional de Comercio Exterior en Venezuela*; e

b) DICOM - *Tipo de Cambio Complementario Flotante de Mercado*: o Bolívar é negociado à taxa de 628,3434 VEF/US\$ para venda e reduzido em 0,25% para compra, e é aplicável a todas as operações de liquidação de divisas não previstas expressamente no convênio cambiário, sendo processados através dos mercados alternativos de divisas.

Os tipos de câmbio anteriormente regulamentados pelo Convênio Cambial nº 33 foram extintos.

Em função da conjuntura econômica e política da Venezuela, a administração da Sociedade reavaliou a taxa de câmbio utilizada na conversão das demonstrações financeiras da Oxiteno Andina e a alterou, em 31 de dezembro de 2015, da taxa SICAD - *Sistema Complementario de Administración de Divisas* para a SIMADI - *Sistema Marginal de Divisas*, visto que, entre outros fatores, essa é a taxa de câmbio que atualmente mais se aproxima da melhor expressão da economia da Venezuela. Assim, a partir de 31 de dezembro de 2015 os montantes em Bolívar foram convertidos para dólares norte-americanos pela taxa de câmbio do SIMADI e posteriormente convertidos para Reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil. Devido ao Convênio Cambial nº 35, a partir de 10 de março de 2016, a Sociedade passou a usar a taxa de câmbio DICOM na conversão.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 totalizou R\$ 5.170 (ganho de R\$ 1.750 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015).

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **s. *Uso de estimativas, premissas e julgamentos***

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As informações trimestrais incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.k, 4, 14 e 31), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 31), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de imposto de renda diferido (notas explicativas nº 2.l e 9), determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.f, 2.r, 3 e 11.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.f, 11.a e 11.b), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.f e 11.c), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das informações da Oxiteno Andina (nota explicativa nº 2.r), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.g e 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.i e 13), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.m e 19), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.n e 20), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.o e 18.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 22 e 31). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

### **t. *Redução ao valor recuperável de ativos***

A Sociedade e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa - “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável nos períodos apresentados (vide nota explicativa nº 13.i).

### ***u. Ajuste a valor presente***

Algumas controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) do ativo imobilizado (CIAP). Por se tratar de uma recuperação de longo prazo que ocorre na fração de 1/48 avos mensais, o ajuste a valor presente reflete, nas informações trimestrais, o valor no tempo da recuperação dos créditos desse ICMS. O saldo desse ajuste a valor presente totalizava R\$ 801 em 30 de junho de 2016 (R\$ 109 em 31 de dezembro de 2015).

A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **v. Combinação de negócios**

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

### **w. Demonstrações de valor adicionado**

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

### **x. Demonstrações dos fluxos de caixa**

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações de fluxo de caixa, individuais e consolidados, nos termos do IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IFRS

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 30 de junho de 2016:

	<u>Vigente em</u>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de <i>impairment</i> para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de <i>hedge</i>.</li> </ul>	2018
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente.</li> </ul>	2018
<ul style="list-style-type: none"> <li>Arrendamento mercantil – IFRS 16: requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.</li> </ul>	2019

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IFRS, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM. A Sociedade está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos.

### z. Autorização para a emissão das informações trimestrais

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 10 de agosto de 2016.

## 3 Princípios de consolidação e participações societárias

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS 10 (CPC 36 (R3)), sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Quando necessário são efetuados ajustes às informações trimestrais das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% de participação no capital social			
			30/06/2016		31/12/2015	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am'pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiteno	100	-	100	-
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiteno	-	99	-	99
Oxiteno Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiteno	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiteno	-	100	-	100
Barrington S.L.	Espanha	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno México S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno USA LLC	Estados Unidos	Oxiteno	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Overseas Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Andina, C.A.	Venezuela	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Europe SPRL	Bélgica	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Colombia S.A.S	Colômbia	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Shanghai LTD.	China	Oxiteno	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiteno	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

Em 12 de junho de 2016, a Sociedade através da controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("IPP") assinou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% da Alesat Combustíveis S.A. ("ALE") e dos ativos que integram a sua operação. O valor da transação totaliza R\$ 2.168 milhões, que será reduzido pelo valor da dívida líquida da ALE em 31 de dezembro de 2015, sujeito a ajustes de capital de giro e endividamento líquido na data do fechamento da transação. O valor será pago em moeda corrente nacional deduzido da dívida líquida da ALE, do montante de R\$ 300 milhões que será mantido em conta garantia para pagamento de eventuais passivos ou contingências e de montante adicional para fazer frente a ajustes de dívida líquida e capital de giro. Em 3 de agosto de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária da Ultrapar aprovou a transação. A consumação da operação está sujeita a determinadas condições suspensivas usuais em negócios dessa natureza, principalmente a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 31 conforme suas características e intenção da Sociedade e suas controladas.

O saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 3.416.707 em 30 de junho de 2016 (R\$ 3.973.162 em 31 de dezembro de 2015) e estão distribuídos conforme abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	115	120	66.214	92.160
Em moeda estrangeira	-	-	61.663	99.856
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	95.894	47.941	2.282.591	2.497.903
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	92.688	12.974
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>96.009</u>	<u>48.061</u>	<u>2.503.156</u>	<u>2.702.893</u>

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	21.342	6.708	686.089	801.587
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	33.287	35.013
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>194.175</u>	<u>433.669</u>
Total de aplicações financeiras	<u>21.342</u>	<u>6.708</u>	<u>913.551</u>	<u>1.270.269</u>
Circulante	<u>21.342</u>	<u>6.708</u>	<u>789.620</u>	<u>803.304</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>123.931</u>	<u>466.965</u>

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 31).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

A composição do contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Clientes nacionais	2.983.481	2.971.019
Financiamentos a clientes – Ipiranga	390.602	350.119
Clientes estrangeiros	189.141	199.081
( - ) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(221.565)</u>	<u>(200.816)</u>
	<u>3.341.659</u>	<u>3.319.403</u>
Circulante	<u>3.153.093</u>	<u>3.167.164</u>
Não circulante	<u>188.566</u>	<u>152.239</u>

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de provisões para créditos de liquidação duvidosa, é assim demonstrada:

	<u>Vencidos</u>						
	<u>Total</u>	<u>A vencer</u>	<u>&lt; 30 dias</u>	<u>31 a 60 dias</u>	<u>61 a 90 dias</u>	<u>91 a 180 dias</u>	<u>&gt; 180 dias</u>
<b>30/06/2016</b>	3.563.224	3.064.726	102.607	34.660	18.510	49.533	293.188
<b>31/12/2015</b>	3.520.219	3.080.681	113.136	22.834	13.473	30.411	259.684

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	200.816
Adições	24.591
Baixas	<u>(3.842)</u>
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>221.565</u>

Para maiores informações sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 31 – Risco de crédito de clientes.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***6 Estoques (Consolidado)**

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	30/06/2016			31/12/2015		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Produtos acabados	369.096	(12.347)	356.749	400.994	(7.649)	393.345
Produtos em elaboração	2.576	-	2.576	1.723	-	1.723
Matérias-primas	275.655	(1.148)	274.507	257.700	(1.026)	256.674
Gás liquefeito de petróleo - GLP	46.335	(5.761)	40.574	58.875	(5.761)	53.114
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.162.234	(3.004)	1.159.230	1.205.598	(729)	1.204.869
Materiais de consumo e outros itens para revenda	115.716	(7.118)	108.598	103.013	(9.259)	93.754
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	346.123	(12.545)	333.578	303.603	(9.568)	294.035
Adiantamentos a fornecedores	130.205	-	130.205	171.726	-	171.726
Imóveis para revenda	26.143	(207)	25.936	25.997	-	25.997
	<u>2.474.083</u>	<u>(42.130)</u>	<u>2.431.953</u>	<u>2.529.229</u>	<u>(33.992)</u>	<u>2.495.237</u>

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	33.992
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	4.260
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	3.878
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>42.130</u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	30/06/2016	31/12/2015
Ajuste ao valor de realização	18.397	14.137
Obsolescência e outras perdas	23.733	19.855
Total	<u>42.130</u>	<u>33.992</u>

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**7 Impostos a recuperar**

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/06/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
IRPJ e CSLL	61.874	52.055	165.209	197.890
ICMS	-	-	421.803	350.325
Provisão para perdas de ICMS <sup>(1)</sup>	-	-	(66.662)	(64.891)
PIS e COFINS	-	-	100.811	248.254
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno Andina e Oxiteno Uruguay	-	-	18.823	22.791
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	-	-	2.427	4.542
Outros	-	1	4.387	5.316
<b>Total</b>	<b>61.874</b>	<b>52.056</b>	<b>646.798</b>	<b>764.227</b>
Circulante	49.063	48.019	498.273	628.778
Não circulante	12.811	4.037	148.525	135.449

<sup>(1)</sup> A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	64.891
Baixas por recebimento, adições e reversões, líquidas	1.771
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>66.662</u>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***8 Partes relacionadas****a. Sociedades relacionadas**• **Controladora**

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado financeiro</u>
	<b>Debêntures <sup>(1)</sup></b>	<b>Contas a pagar</b>	
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	689	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	772.510	-	67.790
Total em 30 de junho de 2016	<u>772.510</u>	<u>689</u>	<u>67.790</u>

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado financeiro</u>
	<b>Debêntures <sup>(2)</sup></b>	<b>Contas a pagar</b>	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	782.404	-	67.384
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	5	-
Total em 31 de dezembro de 2015	<u>782.404</u>	<u>5</u>	
Total em 30 de junho de 2015			<u>67.384</u>

<sup>(1)</sup> Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua terceira emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

<sup>(2)</sup> Em março de 2009, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI. As debêntures subscritas pela Ultrapar foram liquidadas na data de seu vencimento.

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Consolidado**

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	<b>Mútuos</b>		<b>Operações comerciais</b>	
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>A receber<sup>(1)</sup></b>	<b>A pagar<sup>(1)</sup></b>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.612
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	11.496	2.491
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	4.375
Outros	490	1.326	-	-
Total em 30 de junho de 2016	<u>490</u>	<u>4.372</u>	<u>11.496</u>	<u>8.478</u>

	<b>Mútuos</b>		<b>Operações comerciais</b>	
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>A receber<sup>(1)</sup></b>	<b>A pagar<sup>(1)</sup></b>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.506
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	12.553	6.562
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	23.784
Outros	490	1.326	-	-
Total em 31 de dezembro de 2015	<u>490</u>	<u>4.372</u>	<u>12.553</u>	<u>31.852</u>

<sup>(1)</sup> Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

	<b>Operações comerciais</b>	
	<b>Vendas e serviços prestados</b>	<b>Compras</b>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	3	8.922
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	542.157
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	5.757	-
Total em 30 de junho de 2016	<u>5.760</u>	<u>551.079</u>

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	<b>Operações comerciais</b>	
	<b>Vendas e serviços prestados</b>	<b>Compras</b>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	3	7.226
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	330.400
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	4.432	-
Total em 30 de junho de 2015	4.435	337.626

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) acima referem-se à adesão ao plano de marketing da Ipiranga e serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.j). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)**

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Em adição, o diretor-presidente é beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo com o objetivo de alinhamento de interesses de longo prazo, fazendo jus a remuneração variável adicional em função do desempenho das ações entre 2013 e 2018, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Sociedade em 5 anos. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 18.b).

A Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Remuneração de curto prazo	21.053	15.477
Remuneração em ações	2.758	3.136
Benefício pós-emprego	1.674	1.336
Remuneração de longo prazo	1.220	1.109
Total	<u>26.705</u>	<u>21.058</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c. Plano de ações

Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 (“Plano de Ações”). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas recebem os direitos de voto e econômico de ações e a propriedade dessas ações é retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
4 de março de 2016	190.000	2021 a 2023	65,43	17.147	(971)	16.176
9 de dezembro de 2014	590.000	2019 a 2021	50,64	41.210	(11.082)	30.128
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(2.377)	3.622
3 de fevereiro de 2014	150.000	2018 a 2020	55,36	11.454	(5.690)	5.764
7 de novembro de 2012	320.000	2017 a 2019	42,90	19.098	(11.955)	7.143
14 de dezembro de 2011	120.000	2016 a 2018	31,85	5.272	(4.104)	1.168
10 de novembro de 2010	173.336	2015 a 2017	26,78	9.602	(8.815)	787
16 de dezembro de 2009	83.328	2014 a 2016	20,75	7.155	(7.013)	142
9 de novembro de 2006	207.200	2016	11,62	3.322	(3.212)	110
	<u>1.917.264</u>			<u>120.259</u>	<u>(55.219)</u>	<u>65.040</u>

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, a amortização de R\$ 9.045 (R\$ 8.344 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.727.264
Ações outorgadas em 4 de março de 2016	<u>190.000</u>
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>1.917.264</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 9 Imposto de renda e contribuição social

#### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	46.010	41.428
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	26	22	149.827	140.707
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	43.752	42.297
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	21.391	989
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	25.130	33.894
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	72.063	72.691
Provisão para retirada de tanques	-	-	23.298	22.418
Demais provisões	24.218	8.658	107.963	145.336
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	74.750	59.233
<b>Total</b>	<b>24.244</b>	<b>8.680</b>	<b>564.184</b>	<b>558.993</b>
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	2.822	2.887
Arrendamento mercantil	-	-	4.159	4.426
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	86.262	184.951
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	50.845	17.794
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	46.644	47.110
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	4.529	2.855
Demais provisões	-	-	2.681	5.981
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>197.942</b>	<b>266.004</b>

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Saldo inicial	292.989	309.726
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	76.623	18.794
Outros	<u>(3.370)</u>	<u>1.948</u>
Saldo final	<u>366.242</u>	<u>330.468</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Até 1 ano	-	177.152
De 1 a 2 anos	4.719	83.583
De 2 a 3 anos	4.745	45.598
De 3 a 5 anos	9.439	71.097
De 5 a 7 anos	4.968	126.312
De 7 a 10 anos	<u>373</u>	<u>60.442</u>
	<u>24.244</u>	<u>564.184</u>

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado**

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	(34.179)	24.380	1.078.032	1.045.832
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	11.621	(8.289)	(366.531)	(355.583)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(109)	(28)	(23.944)	(21.121)
Receitas não tributáveis (ii)	-	-	2.290	2.127
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	7.271	6.555
Juros sobre capital próprio (iv)	(364)	-	(364)	-
Demais ajustes	4	-	2.575	2.023
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	11.152	(8.317)	(378.703)	(365.999)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	52.600	37.322
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	11.152	(8.317)	(326.103)	(328.677)
Corrente	(4.412)	(21.230)	(455.326)	(384.793)
Diferido	15.564	12.913	76.623	18.794
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	52.600	37.322
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	32,6	34,1	30,2	31,4

- (i) As despesas indedutíveis consistem de algumas despesas que não podem ser deduzidas para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) As receitas não tributáveis consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram esta forma alternativa de tributação, segundo a qual o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob este método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas; e
- (iv) Juros sobre capital próprio é uma opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculado com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que não afeta o resultado do exercício, mas é dedutível para fins de imposto de renda.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”):

<b><u>Controlada</u></b>	<b><u>Unidades</u></b>	<b><u>Incentivo - %</u></b>	<b><u>Término</u></b>
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2016
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Suape	75	2018
	Base de Mataripe <sup>(1)</sup>	75	2024
	Base de Caucaia <sup>(2)</sup>	75	2025
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021

<sup>(1)</sup> Em virtude de modernização efetuada na base de Mataripe, a SUDENE aprovou a redução de imposto de renda de 75% até 2024, através de laudo expedido em 30 de dezembro de 2015. Em 19 de janeiro de 2016, o Laudo constitutivo do benefício foi encaminhado à Secretaria da Receita Federal para fins de homologação no prazo de 120 dias. Devido ao decurso do prazo para manifestação da Secretaria da Receita Federal sobre o laudo, a controlada reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2016, retroativo a janeiro de 2015 no montante de R\$ 11.676.

<sup>(2)</sup> Em virtude de modernização com ampliação efetuada na base de Caucaia, a SUDENE aprovou a redução de imposto de renda de 75% até 2025, através de laudo expedido em 1 de junho de 2016. Em 15 de junho de 2016, o Laudo constitutivo do benefício foi encaminhado à Secretaria da Receita Federal para fins de homologação no prazo de 120 dias.

Em 30 de dezembro de 2014 foi protocolado pela controlada Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar (“Tequimar”) na SUDENE pleito requerendo o reconhecimento do incentivo de redução, em virtude da implantação do Terminal de Itaqui, em São Luis - Maranhão. A controlada está aguardando a manifestação da SUDENE sobre o pleito, não havendo prazo definido para que a manifestação ocorra.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 30 de junho de 2016, certas controladas da Sociedade possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 233.124 (R\$ 190.359 em 31 de dezembro de 2015) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 182.988 (R\$ 129.368 em 31 de dezembro de 2015), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição. Sobre estes valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 74.750 em 30 de junho de 2016 (R\$ 59.233 em 31 de dezembro de 2015).

## 10 Despesas antecipadas (Consolidado)

	30/06/2016	31/12/2015
Aluguéis	121.062	114.439
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	52.426	45.889
Propaganda e publicidade	45.648	25.195
Prêmios de seguros	25.142	24.644
Manutenção de <i>software</i>	16.296	8.937
Compras de vale alimentação e transporte	1.747	1.757
Tributos e demais despesas antecipadas	10.823	7.279
	<u>273.144</u>	<u>228.140</u>
Circulante	<u>115.573</u>	<u>81.476</u>
Não circulante	<u>157.571</u>	<u>146.664</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 11 Investimentos

#### a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	<b>30/06/2016</b>			
	<b>Controladas</b>			<b>Empreendimento controlado em conjunto</b>
	<b>Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.</b>	<b>Oxiten S.A. Indústria e Comércio</b>	<b>Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.</b>	<b>Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.</b>
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	1.133.710	3.418.811	12.800.382	429.716
Passivo	4.245	440.394	8.769.873	339.212
Patrimônio líquido	1.129.465	2.978.476 (*)	4.030.509	90.504
Receita líquida de vendas e serviços	-	605.353	33.377.445	745.845
Lucro líquido do período	40.373	198.859 (*)	520.428	38.384
Participação no capital social - %	100	100	100	33
	<b>31/12/2015</b>			
	<b>Controladas</b>			<b>Empreendimento controlado em conjunto</b>
	<b>Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.</b>	<b>Oxiten S.A. Indústria e Comércio</b>	<b>Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.</b>	<b>Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.</b>
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	1.093.260	3.469.471	13.599.752	348.217
Passivo	4.168	534.215	10.004.718	253.306
Patrimônio líquido	1.089.092	2.935.315(*)	3.595.034	94.911
Participação no capital social - %	100	100	100	33

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

30/06/2015					
Controladas					Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	995.696.017	5.078.888
Receita líquida de vendas e serviços	-	552.708	31.054.920	8.429	492.731
Lucro (prejuízo) líquido do período	(6.085)	238.043 (*)	452.452	4.440	25.706
Participação no capital social - %	100	100	100	99	33

(\*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.  
Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 30.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas				Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxígeno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.089.092</b>	<b>2.935.315</b>	<b>3.595.034</b>	<b>7.619.441</b>	<b>31.514</b>	<b>7.650.955</b>
Equivalência patrimonial	40.373	198.859	520.428	759.660	12.745	772.405
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(79.523)	-	(79.523)	(4.299)	(83.822)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(21)	(21)	-	(21)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(84.932)	(84.932)	(9.909)	(94.841)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	(76.175)	-	(76.175)	-	(76.175)
<b>Saldo em 30 de junho de 2016</b>	<b>1.129.465</b>	<b>2.978.476</b>	<b>4.030.509</b>	<b>8.138.450</b>	<b>30.051</b>	<b>8.168.501</b>

	Investimentos em controladas				Empreendimento controlado em conjunto		
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxígeno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Isa-sul Administração e Participações Ltda.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.084.893</b>	<b>3.020.625</b>	<b>2.013.962</b>	<b>980.044</b>	<b>7.099.524</b>	<b>24.076</b>	<b>7.123.600</b>
Equivalência patrimonial	(6.085)	238.043	452.452	4.424	688.834	8.535	697.369
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	-	(291.326)	(142.302)	-	(433.628)	-	(433.628)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(12)	-	(12)	-	(12)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(51)	(12)	-	(63)	(853)	(916)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	26.011	-	-	26.011	-	26.011
<b>Saldo em 30 de junho de 2015</b>	<b>1.078.808</b>	<b>2.993.302</b>	<b>2.324.088</b>	<b>984.468</b>	<b>7.380.666</b>	<b>31.758</b>	<b>7.412.424</b>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de granéis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, constituída em novembro de 2012, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios e estacionamento nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal, e no segmento de pagamento eletrônico de combustíveis em todo território nacional.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações trimestrais de 30 de junho de 2016.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	<b>Movimentação dos investimentos</b>			
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.545	31.514	43.318	79.377
Aporte de capital	-	-	25.781	25.781
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(9.909)	-	(9.909)
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto) recebidos	-	(4.299)	-	(4.299)
Equivalência patrimonial	<u>(262)</u>	<u>12.745</u>	<u>(10.643)</u>	<u>1.840</u>
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>4.283</u>	<u>30.051</u>	<u>58.456</u>	<u>92.790</u>

	<b>Movimentação dos investimentos</b>			
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.960	24.076	25.472	54.508
Aporte de capital	-	-	20.100	20.100
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(853)	-	(853)
Equivalência patrimonial	<u>326</u>	<u>8.535</u>	<u>(10.980)</u>	<u>(2.119)</u>
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>5.286</u>	<u>31.758</u>	<u>34.592</u>	<u>71.636</u>

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	<b>30/06/2016</b>		
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>
Ativo circulante	4.520	317.022	74.850
Ativo não circulante	6.838	112.694	99.191
Passivo circulante	1.466	277.721	56.583
Passivo não circulante	1.326	61.491	546
Patrimônio líquido	8.566	90.504	116.912
Receita líquida	6.098	745.845	18.811
Custos e despesas operacionais	(7.088)	(689.924)	(51.397)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	466	(17.537)	11.300
Lucro (prejuízo) líquido	(524)	38.384	(21.286)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	124.360.500
Participação no capital social - %	50	33	50

	<b>31/12/2015</b>		
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>
Ativo circulante	3.360	234.094	59.599
Ativo não circulante	7.300	114.123	85.195
Passivo circulante	1.570	176.134	62.158
Passivo não circulante	-	77.172	-
Patrimônio líquido	9.090	94.911	82.636
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	94.579.500
Participação no capital social - %	50	33	50

	<b>30/06/2015</b>		
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>
Receita líquida	5.752	492.731	7.872
Custos e despesas operacionais	(4.910)	(449.996)	(41.577)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(190)	(17.029)	11.745
Lucro (prejuízo) líquido	652	25.706	(21.960)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	82.500.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”) participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”) participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 31 de maio de 2016, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas informações trimestrais de 30 de junho de 2016.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	<b>Movimentação dos investimentos</b>					<b>Total</b>
	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.743	12.000	3.684	110		21.537
Dividendos recebidos	(352)	-	-	-		(352)
Equivalência patrimonial	<u>594</u>	<u>614</u>	<u>(6)</u>	<u>(1)</u>		<u>1.201</u>
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>5.985</u>	<u>12.614</u>	<u>3.678</u>	<u>109</u>		<u>22.386</u>

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**Movimentação dos investimentos**

	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.212	3.090	3.676	165	13.143
Aumento de capital	-	10.368 <sup>(1)</sup>	-	-	10.368
Dividendos recebidos	(901)	-	-	-	(901)
Equivalência patrimonial	<u>1.051</u>	<u>1.623</u>	<u>(1)</u>	<u>(26)</u>	<u>2.647</u>
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>6.362</u>	<u>15.081</u>	<u>3.675</u>	<u>139</u>	<u>25.257</u>

<sup>(1)</sup> Conforme nota explicativa nº 8.a) – Consolidado, no 1º trimestre de 2015 foi realizado aumento de capital na Oxicap. Com isso a participação na coligada foi alterada de 25% para 15%, aproximadamente.

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	<b>30/06/2016</b>				
	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidor a de Gás S.A.</b>
Ativo circulante	8.261	21.487	44	664	1.132
Ativo não circulante	18.173	74.788	10.420	1.681	2.821
Passivo circulante	2.161	7.698	-	403	66
Passivo não circulante	332	4.967	3.109	1.616	1.750
Patrimônio líquido	23.941	83.610	7.355	326	2.137
Receita líquida	5.006	25.559	-	-	-
Custos, despesas operacionais e resultado na venda de bens	(2.637)	(19.669)	(35)	(89)	472
Resultado financeiro e imposto de renda	5	(2.202)	24	(6)	28
Lucro (prejuízo) líquido	2.374	3.688	(11)	(95)	500
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***31/12/2015**

	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidora de Gás S.A.</b>
Ativo circulante	5.175	13.390	73	759	691
Ativo não circulante	18.773	79.203	10.403	1.681	2.830
Passivo circulante	644	8.682	-	403	101
Passivo não circulante	332	4.371	3.109	1.708	1.777
Patrimônio líquido	22.972	79.540	7.367	329	1.643
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

**30/06/2015**

	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidora de Gás S.A.</b>
Receita líquida	6.761	18.375	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(2.417)	(9.375)	(28)	(84)	486
Resultado financeiro e imposto de renda	(40)	448	26	6	(1)
Lucro líquido	4.304	9.448	(2)	(78)	485
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 12 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2015	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2016
<b>Custo:</b>								
Terrenos	-	524.159	-	-	303	(17)	(4.454)	519.991
Edificações	30	1.382.603	1.929	-	37.098	(43)	(26.130)	1.395.457
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	701.183	5.822	-	41.750	(935)	(5)	747.815
Máquinas e equipamentos	13	3.991.839	53.072	-	62.547	(5.510)	(77.523)	4.024.425
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	2.282.462	42.431	-	22.291	(14.833)	-	2.332.351
Tanques e vasilhames para GLP	11	541.351	79.454	-	772	(16.281)	-	605.296
Veículos	7	258.776	8.780	-	811	(7.961)	(742)	259.664
Móveis e utensílios	9	170.695	9.157	-	3.213	(720)	(2.515)	179.830
Obras em andamento	-	437.533	176.068	-	(171.411)	(417)	(16.878)	424.895
Adiantamentos a fornecedores	-	12.125	33.231	-	(3.967)	-	(4.924)	36.465
Importações em andamento	-	1.201	4.464	-	(452)	-	(289)	4.924
Equipamentos de informática	5	260.685	6.699	-	2.003	(341)	(1.248)	267.798
		<u>10.564.612</u>	<u>421.107</u>	<u>-</u>	<u>(5.042)</u>	<u>(47.058)</u>	<u>(134.708)</u>	<u>10.798.911</u>
<b>Depreciação acumulada:</b>								
Edificações		(591.831)	-	(21.690)	13	20	6.875	(606.613)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(359.117)	-	(26.397)	(13)	836	5	(384.686)
Máquinas e equipamentos		(2.241.244)	-	(120.887)	2	6.134	37.383	(2.318.612)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.270.797)	-	(64.251)	-	12.152	-	(1.322.896)
Tanques e vasilhames para GLP		(249.234)	-	(19.432)	-	7.277	-	(261.389)
Veículos		(92.457)	-	(10.116)	-	4.703	390	(97.480)
Móveis e utensílios		(110.259)	-	(5.335)	-	681	1.280	(113.633)
Equipamentos de informática		(203.793)	-	(9.491)	2	319	981	(211.982)
		<u>(5.118.732)</u>	<u>-</u>	<u>(277.599)</u>	<u>4</u>	<u>32.122</u>	<u>46.914</u>	<u>(5.317.291)</u>
<b>Provisão para perdas:</b>								
Adiantamento a fornecedores		(83)	-	-	-	-	-	(83)
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	(197)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(659)	-	-	-	-	111	(548)
Máquinas e equipamentos		(4.739)	(143)	-	-	199	374	(4.309)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.306)	-	-	-	438	-	(868)
Móveis e utensílios		(1)	-	-	-	-	-	(1)
		<u>(6.985)</u>	<u>(143)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>637</u>	<u>485</u>	<u>(6.006)</u>
<b>Custo Líquido</b>		<u>5.438.895</u>	<u>420.964</u>	<u>(277.599)</u>	<u>(5.038)</u>	<u>(14.299)</u>	<u>(87.309)</u>	<u>5.475.614</u>

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construção e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas e bases, modernização de postos de combustíveis e aquisição de imóveis operacionais.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 13 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2015	Adições	Amortizações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2016
Custo:								
Ágio (i)	-	1.456.179	-	-	-	-	-	1.456.179
Software (ii)	5	539.522	23.672	-	6.541	-	(4.519)	565.216
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	36.588	4.205	-	-	-	-	40.793
Fundo de comércio (v)	5	3.278.487	197.746	-	(170.698)	-	-	3.305.535
Marcas (vi)	-	120.944	-	-	354	-	(8.618)	112.680
Outros (vii)	4	46.951	411	-	(6.314)	-	(1.279)	39.769
		<u>5.511.288</u>	<u>226.034</u>	<u>-</u>	<u>(170.117)</u>	<u>-</u>	<u>(14.416)</u>	<u>5.552.789</u>
Amortização acumulada:								
Software		(350.760)	-	(24.439)	(2)	-	3.111	(372.090)
Tecnologia		(31.256)	-	(892)	-	-	-	(32.148)
Direitos de propriedade comercial		(16.979)	-	(1.422)	-	-	-	(18.401)
Fundo de comércio		(1.802.989)	-	(243.291)	169.005	-	-	(1.877.275)
Outros		(15.369)	-	(3.919)	(83)	-	(27)	(19.398)
		<u>(2.217.353)</u>	<u>-</u>	<u>(273.963)</u>	<u>168.920</u>	<u>-</u>	<u>3.084</u>	<u>(2.319.312)</u>
Custo líquido		<u>3.293.935</u>	<u>226.034</u>	<u>(273.963)</u>	<u>(1.197)</u>	<u>-</u>	<u>(11.332)</u>	<u>3.233.477</u>

i) Os ágios gerados na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. O saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio:

	Segmento	30/06/2016	31/12/2015
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Oxiteno Uruguay	Oxiteno	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultracargo	13.403	13.403
Outros		2.278	2.278
		<u>1.456.179</u>	<u>1.456.179</u>

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de 10 anos devido ao seu plano de expansão e pelo prazo de três anos para maturidade de novas lojas.

As taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2015 variaram de 10,3% a 17,1% (exceto a taxa de desconto da Oxiteno Andina de 43,5%) e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no período findo em 31 de dezembro de 2015. A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

**ii)** *Software* inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

**iii)** As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

iv) Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- A controlada Tequimar possui contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042.
- A controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022.
- A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é registrado no resultado.

v) Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

vi) Marcas representam os custos de aquisição da marca 'am/pm' no Brasil e da marca Extrafarma.

vii) Outros intangíveis referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas informações trimestrais, conforme demonstrado abaixo:

	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	7.322	5.194
Despesas com vendas e comerciais	243.216	207.889
Despesas gerais e administrativas	23.425	20.765
	<u>273.963</u>	<u>233.848</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 14 Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)

#### a. Composição

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	Índice/Moeda	Encargos	Vencimento
				financeiros médios ponderados em 30/06/2016 - % a.a.	
Moeda estrangeira:					
Financiamento externo (b.1) (*)	906.505	1.111.721	US\$ + LIBOR (i)	+0,7	2017 a 2018
Financiamento externo (b.1) (*)	472.210	576.645	US\$	+2,1	2017 a 2018
Financiamento externo (b.2) (b.3) (b.4)	327.184	397.586	US\$ + LIBOR (i)	+1,4	2017 a 2018
Instituições financeiras (d)	192.943	77.800	US\$ + LIBOR (i)	+2,7	2016 a 2021
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	150.750	222.478	US\$	+2,6	< 329 dias
Instituições financeiras (d)	114.701	142.779	US\$	+2,7	2016 a 2017
Adiantamento de Cambiais Entregues	47.893	50.132	US\$	+1,7	< 117 dias
Instituições financeiras (d)	20.965	27.110	MX\$ + THE (ii)	+1,0	2016 a 2017
BNDES (c)	11.850	24.057	US\$	+6,0	2016 a 2020
Subtotal	<u>2.245.001</u>	<u>2.630.308</u>			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pós-fixado (e)	2.874.471	3.115.752	CDI	107,5	2017 a 2022
Debêntures – Ipiranga (f.1, f.2 e f.4)	1.914.331	1.413.101	CDI	107,1	2017 a 2021
Debêntures – 5ª emissão (f.3)	833.248	833.114	CDI	108,3	2018
BNDES (c)	367.343	409.339	TJLP (iii)	+2,8	2016 a 2021
Nota de crédito à exportação pós-fixada (g)	158.647	158.648	CDI	101,5	2018
BNDES (c)	62.141	30.878	SELIC (vi)	+2,3	2016 a 2021
Banco do Nordeste do Brasil	56.597	66.096	R\$ (iv)	+8,5	2016 a 2021
FINEP	55.189	61.724	R\$	+4,0	2016 a 2021
Arrendamento mercantil financeiro (h)	49.668	45.480	IGP-M (v)	+5,6	2016 a 2031
BNDES (c)	45.314	49.681	R\$	+5,1	2016 a 2022
FINEP	10.644	11.174	TJLP (iii)	-1,4	2016 a 2023
Nota de crédito à exportação (g) (*)	10.061	27.039	R\$	+8,0	2016
Empréstimo de capital de giro pré-fixado Extrafarma	314	1.160	R\$	+10,0	2016
Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado (h)	222	319	CDI	+2,8	2016 a 2017
FINAME	151	255	TJLP (iii)	+5,7	2016 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (h)	60	95	R\$	+15,6	2016 a 2017
Subtotal	<u>6.438.401</u>	<u>6.223.855</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	<u>239.238</u>	<u>47.445</u>			
Total	<u>8.922.640</u>	<u>8.901.608</u>			
Circulante	<u>1.210.816</u>	<u>1.097.855</u>			
Não circulante	<u>7.711.824</u>	<u>7.803.753</u>			

(\*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 31 – Contabilidade de proteção).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (i) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (ii) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iii) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 30 de junho de 2016, a TJLP estava fixada em 7,5% a.a.
- (iv) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 30 de junho de 2016, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.
- (v) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (vi) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<b>30/06/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
De 1 a 2 anos	2.736.417	3.393.586
De 2 a 3 anos	3.341.218	3.165.603
De 3 a 4 anos	650.804	1.155.809
De 4 a 5 anos	602.163	38.585
Mais de 5 anos	381.222	50.170
	<u>7.711.824</u>	<u>7.803.753</u>

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.i).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 31).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### b. Financiamentos externos

- 1) A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 440 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 102,1% do CDI (vide nota explicativa nº 31). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	Custo em % do CDI
mar/17	70,0	99,5
set/17	150,0	103,7
jul/18	60,0	103,0
set/18	80,0	101,5
nov/18	80,0	101,4
Total / custo médio	<u>440,0</u>	<u>102,1</u>

- 2) A controlada Oxiteno Overseas Corp. (“Oxiteno Overseas”) possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com vencimento em janeiro de 2017 e encargo financeiro de LIBOR + 1,0% a.a., pago semestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragas, contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 94,0% do CDI (vide nota explicativa nº 31). O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno S.A.
- 3) A controlada LPG International Inc. (“LPG”) contratou financiamento externo no montante de US\$ 30 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP.
- 4) A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation contratou financiamento externo no montante de US\$ 12 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas informações trimestrais consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

### **c. BNDES**

A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

### **d. Instituições financeiras**

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V, Oxiteno USA LLC (“Oxiteno USA”) e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

Em fevereiro de 2016, a controlada Oxiteno USA contratou financiamento no montante de US\$ 40 milhões, com vencimento em fevereiro de 2021 e encargo financeiro de LIBOR + 3,0% a.a., pago trimestralmente. Os recursos serão utilizados na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas. O financiamento é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno Nordeste.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### e. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

A controlada IPP renegotiou empréstimo junto ao Banco do Brasil no valor principal total de R\$ 167 milhões, alterando seu vencimento de fevereiro de 2016 para fevereiro de 2019 com taxa pós-fixada de 114% do CDI.

A controlada IPP renegotiou empréstimo junto ao Banco do Brasil no valor principal total de R\$ 100 milhões e R\$ 909,5 milhões, alterando seus vencimentos de maio de 2016 e janeiro de 2017, respectivamente, para maio de 2020, maio de 2021 e maio de 2022, com taxa pós-fixada de 110,9% do CDI.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 30 de junho de 2016):

<b>Vencimento</b>	
jul/17	177.177
nov/17	101.611
jan/18	177.177
abr/18	101.611
fev/19	170.143
mai/19	1.127.221
mai/20	339.843
mai/21	339.843
mai/22	339.845
Total	<u><u>2.874.471</u></u>

### f. Debêntures

- 1) Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

- 2) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 3) Em março de 2015, a Sociedade efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 4) Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Os recursos captados pela emissão serão empregados na aquisição de etanol pela controlada, tendo a controlada à obrigação de comprovar a alocação dos recursos em até 12 meses da subscrição.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### g. Nota de crédito à exportação

A controlada Oxiteno Nordeste possui contratos de nota de crédito à exportação nos montantes de R\$ 156,8 milhões e R\$ 10,0 milhões, com vencimentos em maio de 2018 e agosto de 2016, e encargos financeiros pós-fixado de 101,5% do CDI e pré-fixado de 8% a.a., respectivamente, pagos trimestralmente.

Para os contratos pré-fixados, a controlada Oxiteno Nordeste contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos pré-fixados para 79,9% do CDI (vide nota explicativa nº 31), designando os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo. Desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

Em março de 2016, a controlada Oxiteno Nordeste liquidou na data do vencimento, contrato de nota de crédito à exportação no montante de R\$ 17,5 milhões, com encargo financeiro de 8% a.a, liquidando também seu respectivo instrumento de proteção.

### h. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

A controlada Extrafarma mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática e *software*, com prazos que variam de 48 a 60 meses.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

	<u>30/06/2016</u>			
	<b>Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP</b>	<b>Equipamentos de informática e <i>software</i></b>	<b>Veículos</b>	<b>Total</b>
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	17.980	331	-	18.311
Financiamento (valor presente)	<u>49.668</u>	<u>282</u>	=	<u>49.950</u>
Circulante	2.407	260	-	2.667
Não circulante	47.261	22	-	47.283

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	<b>31/12/2015</b>			
	<b>Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP</b>	<b>Equipamentos de informática e software</b>	<b>Veículos</b>	<b>Total</b>
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	19.890	438	95	20.423
Financiamento (valor presente)	<u>45.480</u>	<u>396</u>	<u>18</u>	<u>45.894</u>
Circulante	2.107	260	18	2.385
Não circulante	43.373	136	-	43.509

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

	<b>30/06/2016</b>			
	<b>Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP</b>	<b>Equipamentos de informática e software</b>	<b>Veículos</b>	<b>Total</b>
Até 1 ano	4.876	282	-	5.158
De 1 a 2 anos	4.876	23	-	4.899
De 2 a 3 anos	4.876	-	-	4.876
De 3 a 4 anos	4.876	-	-	4.876
De 4 a 5 anos	4.876	-	-	4.876
Mais de 5 anos	<u>47.954</u>	-	-	<u>47.954</u>
Total	<u>72.334</u>	<u>305</u>	-	<u>72.639</u>

	<b>31/12/2015</b>			
	<b>Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP</b>	<b>Equipamentos de informática e software</b>	<b>Veículos</b>	<b>Total</b>
Até 1 ano	4.371	287	18	4.676
De 1 a 2 anos	4.371	155	-	4.526
De 2 a 3 anos	4.371	-	-	4.371
De 3 a 4 anos	4.371	-	-	4.371
De 4 a 5 anos	4.371	-	-	4.371
Mais de 5 anos	<u>45.165</u>	-	-	<u>45.165</u>
Total	<u>67.020</u>	<u>442</u>	<u>18</u>	<u>67.480</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços ("ISS"), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### i. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2015	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 30/06/2016
Banco do Brasil (e)	0,2	11.883	3.529	(1.419)	13.993
Financiamentos externos (b)	0,2	4.649	-	(1.304)	3.345
Debêntures (f)	0,1	1.801	6.407	(409)	7.799
Outros	0,2	545	997	(358)	1.184
<b>Total</b>		<b>18.878</b>	<b>10.933</b>	<b>(3.490)</b>	<b>26.321</b>

O montante a apropriar ao resultado nos próximos períodos tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Banco do Brasil (e)	3.785	4.372	4.380	695	496	265	13.993
Financiamento externo (b)	1.957	1.107	281	-	-	-	3.345
Debêntures (f)	1.995	2.143	1.865	1.187	609	-	7.799
Outros	297	329	250	211	97	-	1.184
<b>Total</b>	<b>8.034</b>	<b>7.951</b>	<b>6.776</b>	<b>2.093</b>	<b>1.202</b>	<b>265</b>	<b>26.321</b>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### j. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 54.101 em 30 de junho de 2016 (R\$ 52.312 em 31 de dezembro de 2015) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 4.541.150 em 30 de junho de 2016 (R\$ 4.369.977 em 31 de dezembro de 2015).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 201.104 em 30 de junho de 2016 (R\$ 187.551 em 31 de dezembro de 2015). Em 30 de junho de 2016 não haviam garantias relacionadas a importação de matéria-prima da controlada IPP (R\$ 133.154 em 31 de dezembro de 2015).

Algumas controladas da Oxiteno emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 25.111 em 30 de junho de 2016 (R\$ 27.106 em 31 de dezembro de 2015), com vencimentos de até 211 dias. Até 30 de junho de 2016, as controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 601 em 30 de junho de 2016 (R\$ 656 em 31 de dezembro de 2015), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

## 15 Fornecedores (Consolidado)

	<b>30/06/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Fornecedores nacionais	946.601	1.390.204
Fornecedores estrangeiros	72.191	70.328
	<u>1.018.792</u>	<u>1.460.532</u>

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. As controladas da Sociedade dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade e suas controladas. A Sociedade e suas controladas acreditam que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***16 Salários e encargos sociais (Consolidado)**

	<b>30/06/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Provisões sobre folha de pagamento	178.598	149.818
Participação nos lucros, bônus e prêmios	80.129	201.579
Encargos sociais	36.213	43.782
Salários e honorários	4.858	6.993
Benefícios	1.855	1.558
Outros	799	583
	<u>302.452</u>	<u>404.313</u>

**17 Obrigações tributárias (Consolidado)**

	<b>30/06/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
ICMS	113.984	111.107
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	2.126	2.418
PIS e COFINS	14.722	11.165
IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno USA, Oxiteno Andina e Oxiteno Uruguay	12.679	26.342
IPI	7.758	4.949
ISS	6.060	6.976
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	3.593	3.309
Outros	1.778	2.538
	<u>162.700</u>	<u>168.804</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 18 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

#### a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R\$ 11.444 (R\$ 10.761 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do período. O total de empregados vinculados ao plano em 30 de junho de 2016 atingiu 8.975 participantes ativos e 193 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 28 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

#### b. Benefícios pós-emprego

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente em 31 de dezembro de 2015, e estão reconhecidos nas informações trimestrais conforme o IAS 19 R2011 (CPC 33 R2).

	30/06/2016	31/12/2015
Plano de Assistência Médica e Odontológica	26.401	24.869
Multa FGTS	60.722	59.517
Gratificação	28.528	28.835
Seguro de vida	14.167	13.374
	<hr/>	<hr/>
Total	129.818	126.595
	<hr/>	<hr/>
Circulante	13.734	13.747
Não circulante	116.084	112.848

**Notas Explicativas**

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

**19 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)**

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Saldo inicial	74.716	70.802
Adições (novos tanques)	160	321
Gastos com tanques retirados	(1.425)	(1.973)
Despesa com atualização	3.739	4.303
	<hr/>	<hr/>
Saldo final	<u>77.190</u>	<u>73.453</u>
Circulante	4.481	5.104
Não circulante	72.709	68.349

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 20 Provisões e contingências (Consolidado)

#### a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 30/06/2016
IRPJ e CSLL (a.1.1)	439.923	-	-	17.471	457.394
PIS e COFINS (a.1.2)	135.818	427	(2.468)	5.044	138.821
ICMS	16.600	546	(804)	811	17.153
Previdenciárias	11.455	248	-	413	12.116
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	60.293	1.961	(2.645)	557	60.166
Trabalhistas (a.3.1)	65.388	6.551	(6.281)	658	66.316
Outras	505	-	-	22	527
<b>Total</b>	<b>729.982</b>	<b>9.733</b>	<b>(12.198)</b>	<b>24.976</b>	<b>752.493</b>
Circulante	45.322				52.225
Não circulante	684.660				700.268

Algumas das provisões tributárias acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados no montante de R\$ 569.540 em 30 de junho de 2016 (R\$ 548.150 em 31 de dezembro de 2015).

#### a.1) Provisões tributárias e previdenciárias

a.1.1) Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragas e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 439.992 em 30 de junho de 2016 (R\$ 422.678 em 31 de dezembro de 2015). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e a Sociedade recorreu desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento encontra-se pendente.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

a.1.2) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”), IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiteno Nordeste e a IPP efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R\$ 103.644 em 30 de junho de 2016 (R\$ 99.874 em 31 de dezembro de 2015).

### **a.2) Provisões cíveis, ambientais e regulatórias**

a.2.1) A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 60.166 em 30 de junho de 2016 (R\$ 60.293 em 31 de dezembro de 2015).

### **a.3) Provisões trabalhistas**

a.3.1) A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 66.316 em 30 de junho de 2016 (R\$ 65.388 em 31 de dezembro de 2015) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

## **b. Passivos contingentes (possíveis)**

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda de 50% ou menos) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas informações trimestrais. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.164.076 em 30 de junho de 2016 (R\$ 2.069.516 em 31 de dezembro de 2015).

### **b.1) Passivos contingentes tributários e previdenciários**

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 1.506.386 em 30 de junho de 2016 (R\$ 1.261.396 em 31 de dezembro de 2015), dos quais se destacam:

b.1.1) A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 109.467 em 30 de junho de 2016 (R\$ 154.821 em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

b.1.2) A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 612.495 em 30 de junho de 2016 (R\$ 509.604 em 31 de dezembro de 2015). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 286.144 (R\$ 294.454 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$ 108.997 (R\$ 119.663 em 31 de dezembro de 2015) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 112.842 (R\$ 105.070 em 31 de dezembro de 2015); de diferenças de estoque no valor de R\$ 127.798 (R\$ 103.428 em 31 de dezembro de 2015) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto; e de descumprimento de obrigações acessórias no valor de R\$ 16.336 (R\$ 6.652 em 31 de dezembro de 2015).

b.1.3) A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 459.365 em 30 de junho de 2016 (R\$ 308.377 em 31 de dezembro de 2015).

### **b.2) Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias**

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 443.458 em 30 de junho de 2016 (R\$ 582.960 em 31 de dezembro de 2015), dos quais se destacam:

b.2.1) A controlada Cia. Ultragas respondeu a processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2) Em decorrência do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no terminal de Santos da controlada Tequimar, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (“CETESB”) imputou multa de R\$ 22.500, em razão dos alegados impactos ambientais e urbanos ocasionados pelo incidente. Diante da autuação, foi apresentada defesa junto ao órgão ambiental, na qual foi arguida, entre outros aspectos, a inaplicabilidade de legislação federal, visto a existência de legislação estadual que regula a matéria, o que pode ensejar na redução da multa aplicada. Foi também alegada a ausência de conduta ilícita por parte do Tequimar. Em março de 2016, foi julgada desfavorável em primeira instância a impugnação da autuação referente a multa da CETESB. Nos termos do julgamento, foi mantido desconto de 30%, caso o pagamento fosse realizado de imediato. Diante deste cenário, a administração da controlada, apoiada pelos seus assessores jurídicos, decidiu efetuar o pagamento em 16 de março de 2016, no montante de R\$ 16.032. Para maiores informações vide nota explicativa nº 33.

### **b.3) Passivos contingentes trabalhistas**

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 214.232 em 30 de junho de 2016 (R\$ 225.160 em 31 de dezembro de 2015), dos quais destaca-se:

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.3.1) O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Pólo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA.

## 21 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	30/06/2016	31/12/2015
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i>	16.296	16.988
Programa de fidelidade Km de Vantagens	11.425	10.569
Programa de fidelidade Clube Extrafarma	4.833	7.899
	32.554	35.456
Circulante	21.920	24.420
Não circulante	10.634	11.036

### Programas de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens ([www.kmdevantagens.com.br](http://www.kmdevantagens.com.br)) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet ([www.postoipiranganaweb.com.br](http://www.postoipiranganaweb.com.br)) são descontados da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma ([www.clubeextrafarma.com.br](http://www.clubeextrafarma.com.br)) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são descontados da receita de vendas.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dos pontos. A receita diferida é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

### **Taxa inicial de franquia**

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 30 de junho de 2016 eram representadas por 1.950 lojas (1.909 lojas em 31 de dezembro de 2015). O *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 30 de junho de 2016 eram representadas por 1.485 lojas (1.466 lojas em 31 de dezembro de 2015). A taxa inicial de franquia recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados.

## **22 Bônus de subscrição – indenização**

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 3.205.622 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 30 de junho de 2016, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 2.377.710 ações e totalizavam R\$ 157.133 (2.011.766 ações e totalizavam R\$ 112.233 em 31 de dezembro de 2015). Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 30 de junho de 2016 o número máximo de ações que poderão ser emitidas no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 3.060.454 (3.070.106 ações em 31 de dezembro de 2015). Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa 3.a. das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 17 de fevereiro de 2016.

## **23 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP. Em 30 de junho de 2016, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na BM&FBOVESPA em 30 de junho de 2016 era de R\$ 71,11.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Em 30 de junho de 2016, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 30 de junho de 2016 estavam em circulação no exterior 30.203.897 ações ordinárias na forma de ADRs (29.385.497 ações em 31 de dezembro de 2015).

### **b. Ações em tesouraria**

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 30 de junho de 2016, 13.131.356 ações ordinárias (13.321.356 ações em 31 de dezembro de 2015) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 36,85 (R\$ 36,85 em 31 de dezembro de 2015).

### **c. Reserva de capital**

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 26,09 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão. Adicionalmente, a Sociedade incorreu em custos na emissão das ações no montante de R\$ 2.260, reduzindo o valor da reserva.

### **d. Reserva de reavaliação**

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

### **e. Reservas de lucros**

#### Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

### Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social.

As reservas de retenção de lucros e estatutária para investimentos são livres para distribuição aos acionistas e totalizavam R\$ 3.329.649 em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

## **f. Outros resultados abrangentes**

### Ajustes de avaliação patrimonial

São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, as diferenças entre o valor justo e o custo amortizado das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros.

Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de compromissos firmes de taxa de câmbio designados como *hedge* de fluxo de caixa, são contabilizados no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.

### Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e (ii) administração própria, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos outros resultados abrangentes da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>				<b>Ajustes acumulados de conversão</b>
	<b>Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa</b>	<b>Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda</b>	<b>Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego</b>	<b>Total</b>	
Em 31 de dezembro de 2015	6.261	1.523	11.169	18.953	66.925
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	-	(76.175)
Variação de valor justo	(97.696)	(1)	-	(97.697)	-
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	4.327	4.327	-
IR e CS sobre ganhos atuariais	-	-	(1.471)	(1.471)	-
Em 30 de junho de 2016	<u>(91.435)</u>	<u>1.522</u>	<u>14.025</u>	<u>(75.888)</u>	<u>(9.250)</u>

	<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>			<b>Ajustes acumulados de conversão</b>
	<b>Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda</b>	<b>Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego</b>	<b>Total</b>	
Em 31 de dezembro de 2014	51	7.098	7.149	43.192
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, incluindo os efeitos de variação cambial dos instrumentos de hedge de investimentos	-	-	-	26.011
Variação de valor justo	(916)	-	(916)	-
Em 30 de junho de 2015	<u>(865)</u>	<u>7.098</u>	<u>6.233</u>	<u>69.203</u>

**g. Dividendos**

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 434.467 (R\$ 0,80 – oitenta centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2016, pagos a partir de 4 de março de 2016, tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 13 de abril de 2016.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***24 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)**

	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Receita de vendas bruta	39.742.444	36.736.484
Receita de serviços prestados bruta	294.968	281.137
Impostos sobre vendas	(959.426)	(935.933)
Devoluções e abatimentos	(259.028)	(167.886)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 21)	<u>3.563</u>	<u>517</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u><u>38.822.521</u></u>	<u><u>35.914.319</u></u>

**25 Despesas por natureza (Consolidado)**

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	34.832.590	32.249.162
Gastos com pessoal	988.196	902.097
Fretes e armazenagens	525.374	524.502
Depreciação e amortização	545.363	477.573
Propaganda e marketing	91.124	96.901
Serviços prestados por terceiros	138.239	100.238
Aluguel de imóveis e equipamentos	79.699	68.070
Outras despesas	<u>178.582</u>	<u>166.421</u>
Total	<u><u>37.379.167</u></u>	<u><u>34.584.964</u></u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	35.410.967	32.789.552
Despesas com vendas e comerciais	1.290.071	1.197.827
Despesas gerais e administrativas	<u>678.129</u>	<u>597.585</u>
Total	<u><u>37.379.167</u></u>	<u><u>34.584.964</u></u>

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 23.055 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 (R\$ 18.970 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 26 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado foi uma perda de R\$ 2.008 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 (ganho de R\$ 24.631 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

### 27 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)

	30/06/2016	30/06/2015
Parceria comercial <sup>(1)</sup>	19.316	17.493
Merchandising <sup>(2)</sup>	22.075	18.197
Programa de fidelidade <sup>(3)</sup>	5.638	8.602
Ajuste de capital de giro e dívida líquida – aquisição		
Extrafarma (vide nota explicativa nº 22)	-	13.784
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos (vide nota explicativa nº 33)	23.671	(75.360)
Indenização uso indevido de marca Ultratecno	-	16.000
Outros	4.902	1.540
	<u>75.602</u>	<u>256</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>75.602</u>	<u>256</u>

<sup>(1)</sup> Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

<sup>(2)</sup> Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

<sup>(3)</sup> Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***28 Resultado financeiro**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	73.387	83.971	167.872	163.333
Juros de clientes	-	-	50.968	37.870
Outras receitas	-	8	2.087	1.957
	<u>73.387</u>	<u>83.979</u>	<u>220.927</u>	<u>203.160</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(364.196)	(283.654)
Juros sobre debêntures	(58.608)	(53.449)	(167.745)	(143.260)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(6.485)	(2.737)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(3.174)	2.053	(37.490)	(12.647)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	(1)	-	(28.588)	(26.240)
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 22)	(45.775)	(37.969)	(45.775)	(37.969)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	(10)	(9)	(9.564)	(5.063)
	<u>(107.568)</u>	<u>(89.374)</u>	<u>(659.843)</u>	<u>(511.570)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(34.181)</u>	<u>(5.395)</u>	<u>(438.916)</u>	<u>(308.410)</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 29 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 22, respectivamente.

<b>Lucro básico por ação</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Lucro líquido da Sociedade	<u>749.378</u>	<u>713.432</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	541.356	545.190
Lucro básico por ação - R\$	<u>1,3843</u>	<u>1,3086</u>
<b>Lucro diluído por ação</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Lucro líquido da Sociedade	<u>749.378</u>	<u>713.432</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	545.360	549.570
Lucro diluído por ação - R\$	<u>1,3741</u>	<u>1,2982</u>
<b>Média ponderada das ações (em milhares)</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação:	541.356	545.190
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	2.150	2.172
Usufruto de ações	<u>1.854</u>	<u>2.208</u>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação:	<u>545.360</u>	<u>549.570</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 30 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e alcoóis graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para graneis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nos Estados do Amapá, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e São Paulo. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	2.575.608	2.159.878
Ipiranga	33.457.554	31.093.693
Oxiten	1.912.980	1.864.425
Ultracargo	166.181	165.690
Extrafarma	737.113	657.073
Outros <sup>(1)</sup>	19.792	20.883
Vendas entre segmentos	(46.707)	(47.323)
Total	<u>38.822.521</u>	<u>35.914.319</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	1.587	1.680
Ipiranga	-	-
Oxiten	1.609	862
Ultracargo	23.838	23.898
Extrafarma	-	-
Outros <sup>(1)</sup>	19.673	20.883
Total	<u>46.707</u>	<u>47.323</u>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	2.574.021	2.158.198
Ipiranga	33.457.673	31.093.693
Oxitenó	1.911.371	1.863.563
Ultracargo	142.343	141.792
Extrafarma	737.113	657.073
Outros <sup>(1)</sup>	-	-
Total	<u>38.822.521</u>	<u>35.914.319</u>
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	138.429	76.177
Ipiranga	1.087.640	994.752
Oxitenó	238.075	275.085
Ultracargo	53.218	(22.175)
Extrafarma	(2.579)	3.555
Outros <sup>(1)</sup>	2.165	26.848
Total	<u>1.516.948</u>	<u>1.354.242</u>
Equivalência patrimonial:		
Ultragaz	(1)	(26)
Ipiranga	(10.049)	(9.929)
Oxitenó	608	1.622
Ultracargo	(262)	326
Outros <sup>(1)</sup>	12.745	8.535
Total	<u>3.041</u>	<u>528</u>
Receitas financeiras	220.927	203.160
Despesas financeiras	(659.843)	(511.570)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>1.081.073</u>	<u>1.046.360</u>

	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	155.145	131.617
Ipiranga	318.246	312.678
Oxitenó	103.126	49.364
Ultracargo	21.844	6.155
Extrafarma	44.601	31.419
Outros <sup>(1)</sup>	4.179	12.122
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	<u>647.141</u>	<u>543.355</u>
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 19)	(160)	(321)
Juros capitalizados	(11.024)	(11.561)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>635.957</u>	<u>531.473</u>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragas	78.472	69.036
Ipiranga	341.986	294.366
Oxitenó	76.476	70.846
Ultracargo	21.460	20.751
Extrafarma	20.067	10.514
Outros <sup>(1)</sup>	6.902	12.060
Total	<u>545.363</u>	<u>477.573</u>

	<b>30/06/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragas	2.238.462	2.195.314
Ipiranga	10.394.306	11.292.350
Oxitenó	4.283.152	4.148.716
Ultracargo	1.350.433	1.283.613
Extrafarma	1.686.726	1.570.024
Outros <sup>(1)</sup>	559.791	476.032
Total	<u>20.512.870</u>	<u>20.966.049</u>

<sup>(1)</sup> A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **Informações relativas à área geográfica**

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	<b>30/06/2016 <sup>(1)</sup></b>	<b>31/12/2015</b>
Estados Unidos	197.217	201.286
México	109.569	140.759
Uruguai	66.282	79.408
Venezuela	2.494	4.364

<sup>(1)</sup> A redução do imobilizado e intangível em 30 de junho de 2016 deve-se substancialmente à valorização do Real frente às moedas funcionais das controladas sediadas no exterior, utilizadas na conversão das informações.

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Receita líquida das vendas:		
Brasil	38.261.863	35.332.097
México	93.848	89.928
Uruguai	21.587	16.274
Venezuela	8.469	64.447
Outros países da América Latina	228.609	180.987
Estados Unidos e Canadá	85.354	87.236
Extremo Oriente	27.506	75.751
Europa	61.904	40.538
Outros	33.381	27.061
Total	<u>38.822.521</u>	<u>35.914.319</u>

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **31 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)**

#### **Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança**

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **Risco de moedas**

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

### **Ativos e passivos em moeda estrangeira**

em milhões de Reais	30/06/2016	31/12/2015
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	187,6	147,8
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	176,8	188,8
Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	536,1	611,4
	<u>900,5</u>	<u>948,0</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira	(2.245,0)	(2.630,3)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(34,2)	(64,4)
	<u>(2.279,2)</u>	<u>(2.694,7)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>2.262,1</u>	<u>2.667,2</u>
Posição líquida ativa – total	<u>883,4</u>	<u>920,5</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira**

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição líquida ativa de R\$ 883,4 milhões em moeda estrangeira:

em milhões de Reais	<b><u>Risco</u></b>	<b><u>Cenário I</u></b> <b>10%</b>	<b><u>Cenário II</u></b> <b>25%</b>	<b><u>Cenário III</u></b> <b>50%</b>
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	(2,5)	(6,2)	(12,4)
(2) Efeito no patrimônio líquido		90,8	227,0	454,1
(1) + (2)		<u>88,3</u>	<u>220,8</u>	<u>441,7</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	2,5	6,2	12,4
(4) Efeito no patrimônio líquido		(90,8)	(227,0)	(454,1)
(3) + (4)		<u>(88,3)</u>	<u>(220,8)</u>	<u>(441,7)</u>

O ganho (perda) reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão decorre das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.r e 23.f – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira).

### **Risco de juros**

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 30 de junho de 2016 a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas pré-fixadas para taxa flutuante (CDI).

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

em milhões de Reais	Nota explicativa	30/06/2016	31/12/2015
<b>CDI</b>			
Equivalentes de caixa	4	2.282,6	2.497,9
Aplicações financeiras	4	686,1	801,6
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	31	33,9	30,6
Financiamentos e debêntures	14	(5.780,9)	(5.520,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	31	(2.302,2)	(2.225,1)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxas de juros pré-fixada para CDI	31	(10,2)	(27,8)
Posição líquida passiva em CDI		<u>(5.090,7)</u>	<u>(4.443,7)</u>
<b>TJLP</b>			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	14	(378,1)	(420,8)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(378,1)</u>	<u>(420,8)</u>
<b>LIBOR</b>			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	31	1.112,1	1.364,4
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	14	(1.426,6)	(1.587,1)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(314,5)</u>	<u>(222,7)</u>
<b>TIIE</b>			
Empréstimos e financiamentos – TIIE	14	(21,0)	(27,1)
Posição líquida passiva em TIIE		<u>(21,0)</u>	<u>(27,1)</u>
<b>SELIC</b>			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	14	(62,1)	(30,9)
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(62,1)</u>	<u>(30,9)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(5.866,4)</u>	<u>(5.145,2)</u>

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes**

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 30 de junho de 2016, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

em milhões de Reais	<b><u>Risco</u></b>	<b><u>Cenário I</u></b> 10%	<b><u>Cenário II</u></b> 25%	<b><u>Cenário III</u></b> 50%
<b><u>Exposição a juros flutuantes</u></b>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	16,7	41,7	83,6
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,2	0,4	0,8
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(39,2)	(98,0)	(196,1)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(14,4)	(36,1)	(72,3)
Despesa incremental		<u>(36,7)</u>	<u>(92,0)</u>	<u>(184,0)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(1,4)	(3,6)	(7,1)
Despesa incremental		<u>(1,4)</u>	<u>(3,6)</u>	<u>(7,1)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,4	1,0	2,0
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(0,5)	(1,3)	(2,5)
Despesa incremental		<u>(0,1)</u>	<u>(0,3)</u>	<u>(0,5)</u>
Efeito nos juros da dívida em TIEE	Elevação TIEE	(0,0)	(0,1)	(0,2)
Despesa incremental		<u>(0,0)</u>	<u>(0,1)</u>	<u>(0,2)</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,2)	(0,6)	(1,2)
Despesa incremental		<u>(0,2)</u>	<u>(0,6)</u>	<u>(1,2)</u>

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **Risco de crédito**

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	<b>30/06/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Ipiranga	168.049	151.921
Ultragaz	32.090	28.136
Oxiten	12.260	12.412
Extrafarma	6.195	5.376
Ultracargo	2.971	2.971
Total	<u>221.565</u>	<u>200.816</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **Risco de liquidez**

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender a suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 1.683,7 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 14). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2016 totaliza R\$ 1.809 milhões, tendo sido realizados até o segundo trimestre R\$ 659 milhões. Em 30 de junho de 2016, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 3.292,8 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 30 de junho de 2016 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 30 de junho de 2016 no balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	em milhões de Reais	
					Mais de 5 anos	
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos <sup>(1)(2)</sup>	11.161,5	1.683,7	7.482,2	1.555,4		440,2
Instrumentos de proteção <sup>(3)</sup>	324,7	214,3	110,4	-		-
Fornecedores	1.018,8	1.018,8	-	-		-

<sup>(1)</sup> Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 13,0%, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 3,30 em 2016, R\$ 3,54 em 2017, R\$ 3,83 em 2018, R\$ 4,11 em 2019 e R\$ 4,39 em 2020, (iii) TJLP de 7,5% e (iv) IGP-M de 7,4% em 2016, 5,5% em 2017, 5,0% em 2018, 4,8% em 2019 e 4,8% em 2020 (fonte: BM&FBOVESPA, Boletim Focus e instituições financeiras).

<sup>(2)</sup> Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

<sup>(3)</sup> Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e na curva futura do contrato DI x Pré, cotados na BM&FBOVESPA em 30 de junho de 2016, e na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) em 30 de junho de 2016. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **Gestão de capital**

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

### **Seleção e utilização de instrumentos financeiros**

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção “Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança” desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Contraparte	Vencimento	Valor de referência (nacional) <sup>1</sup>		Valor justo		Valor a receber	Valor a pagar	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	30/06/2016	
				R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	
<b>Instrumentos de proteção</b>								
<b>a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>								
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	Bradesco, BTMU, Citibank, Itaú, JP	jul/2016 a	US\$ 350,0	US\$ 350,0	1.112,1	1.364,4	1.112,1	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)	Morgan, Santander, Scotiabank	nov/2018	US\$ 366,1	US\$ 334,5	1.181,2	1.335,1	1.181,2	-
Passivo em taxa de juros CDI			US\$ (716,1)	US\$ (684,5)	(2.302,2)	(2.225,1)	-	2.302,2
Resultado acumulado			-	-	(8,9)	474,4	2.293,3	2.302,2
<b>b – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM</b>								
Ativo em taxa de juros CDI	Bradesco, Citibank, Itaú, Santander	jul/2016 a	US\$ 9,7	US\$ 7,9	33,9	30,6	33,9	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)		out/2016	US\$ (9,7)	US\$ (7,9)	(31,2)	(32,3)	-	31,2
Resultado acumulado			-	-	2,7	(1,7)	33,9	31,2
<b>c – Swap de juros em Reais</b>								
Ativo em taxa de juros pré-fixada			R\$ 10,0	R\$ 27,5	10,1	27,4	10,1	-
Passivo em taxa de juros CDI	Itaú	ago/2016	R\$ (10,0)	R\$ (27,5)	(10,2)	(27,8)	-	10,2
Resultado acumulado			-	-	(0,1)	(0,4)	10,1	10,2
<b>Resultado acumulado total bruto</b>					(6,3)	472,3	2.337,3	2.343,6
Imposto de renda					(38,8)	(86,0)	(38,8)	-
<b>Resultado acumulado total líquido</b>					(45,1)	386,3	2.298,5	2.343,6
<b>Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)</b>					194,1	433,7		
<b>Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)</b>					(239,2)	(47,4)		

<sup>1</sup> Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 30 de junho de 2016, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas (ii) compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI (iii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 30 de junho de 2016, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 716,1 milhões de principal com posição passiva, na média a 94,9% do CDI, sendo US\$ 366,1 milhões, com posição ativa a US\$ + 1,29% a.a. e US\$ 350,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 0,87% a.a. Deste total, US\$ 440,0 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de valor justo de dívida da Ipiranga (vide notas explicativas nº 14.b e “Contabilidade de *hedge*” abaixo) e US\$ 173,2 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes (vide “Contabilidade de *hedge*” abaixo).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 30 de junho de 2016, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 9,7 milhões e tinham na média uma posição ativa a 70,2% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

c - Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional – O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. Em 30 de junho de 2016 estes contratos de *swap* totalizavam R\$ 10,0 milhões de valor *nocional*, correspondente ao valor do principal das dívidas objeto e, na média, tinham uma posição ativa em 8,0% a.a. e passiva a 79,9% do CDI.

### **Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)**

A Sociedade e suas controladas verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a eficácia de seus instrumentos financeiros derivativos, bem como suas alterações de valor justo. A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 30 de junho de 2016, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US\$ 440,0 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2016, uma despesa de R\$ 392,1 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 9,8 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma receita de R\$ 291,9 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 101,9% do CDI (vide nota explicativa nº 14.b.1).

Em 30 de junho de 2016, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US\$ 173,2 milhões, sendo reconhecida no resultado em 2016 uma despesa de R\$ 53,9 milhões, restando uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 78,7 milhões em 30 de junho de 2016.

Em 30 de junho de 2016, os instrumentos de proteção de taxa de juros totalizavam R\$ 10,0 milhões de valor *nocional* referentes ao principal dos empréstimos pré-fixados em Reais, sendo reconhecida no resultado em 2016 uma receita de R\$ 0,1 milhão referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R\$ 0,5 milhão referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 0,6 milhão referente a apropriação de juros da dívida, transformando o custo médio efetivo das operações em 79,9% do CDI.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado em 30 de junho de 2016 e de 2015 da Sociedade e suas controladas:

	<u>R\$ milhões</u>	
	<u>30/06/2016</u>	
	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(88,0)	(78,7)
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	8,8	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	(0,4)	-
Total	<u>(79,6)</u>	<u>(78,7)</u>

	<u>R\$ milhões</u>	
	<u>30/06/2015</u>	
	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(46,9)	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	1,7	(7,9)
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	1,8	-
Total	<u>(43,4)</u>	<u>(7,9)</u>

(i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);

(ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais; e

(iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 30 de junho de 2016 e de 31 de dezembro de 2015 estão demonstrados a seguir:

Categoria	Nota explicativa	30/06/2016		31/12/2015		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	127.877	127.877	192.016	192.016
	Mens. ao valor justo por meio do resultado					
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.282.591	2.282.591	2.497.903	2.497.903
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	92.688	92.688	12.974	12.974
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	678.640	678.640	790.969	790.969
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	7.449	7.449	10.618	10.618
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	33.287	33.287	35.013	35.013
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	194.175	194.175	433.669	433.669
Total			<u>3.416.707</u>	<u>3.416.707</u>	<u>3.973.162</u>	<u>3.973.162</u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.388.776	1.388.776	1.715.405	1.715.405
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.497.097	4.439.660	4.846.649	4.686.178
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.747.579	2.723.739	2.246.215	2.233.313
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	14	49.950	49.950	45.894	45.894
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	239.238	239.238	47.445	47.445
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	157.133	157.133	112.233	112.233
Total			<u>9.079.773</u>	<u>8.998.496</u>	<u>9.013.841</u>	<u>8.840.468</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das informações trimestrais, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu período é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14); (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 14.j), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (vi) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 22). As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;  
 (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e  
 (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	<b>Categoria</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	127.877	127.877	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.282.591	2.282.591	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	92.688	92.688	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	678.640	678.640	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	7.449	7.449	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	33.287	26.031	7.256	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	194.175	-	194.175	-
<b>Total</b>			<b>3.416.707</b>	<b>3.215.276</b>	<b>201.431</b>	<b>-</b>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.388.776	-	1.388.776	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.439.660	-	4.439.660	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.723.739	-	2.723.739	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	49.950	-	49.950	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	239.238	-	239.238	-
Bônus de subscrição – indenização <sup>(1)</sup>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	157.133	-	157.133	-
<b>Total</b>			<b>8.998.496</b>	<b>-</b>	<b>8.998.496</b>	<b>-</b>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>Categoria</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
<b>Ativos financeiros:</b>						
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	192.016	192.016	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.497.903	2.497.903	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	12.974	12.974	-	-
<b>Aplicações financeiras</b>						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	790.969	790.969	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	35.013	25.615	9.398	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	<u>433.669</u>	<u>-</u>	<u>433.669</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>			<u><u>3.973.162</u></u>	<u><u>3.530.095</u></u>	<u><u>443.067</u></u>	<u><u>-</u></u>
<b>Passivos financeiros:</b>						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.715.405	-	1.715.405	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.686.178	-	4.686.178	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.233.313	-	2.233.313	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	45.894	-	45.894	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	47.445	-	47.445	-
Bônus de subscrição – indenização <sup>(1)</sup>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	<u>112.233</u>	<u>-</u>	<u>112.233</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>			<u><u>8.840.468</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>8.840.468</u></u>	<u><u>-</u></u>

<sup>(1)</sup> Referem-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma. Para maiores informações vide nota explicativa nº 22.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBOVESPA em 30 de junho de 2016. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 3,93 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 30 de junho de 2016, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 30 de junho de 2016 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<b>Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	262.298	904.006	1.545.714
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(262.299)	(904.037)	(1.545.775)
<b>(1)+(2)</b>	<b>Efeito líquido</b>	<b>(1)</b>	<b>(31)</b>	<b>(61)</b>
<b>Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos</b>				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(418)	7.439	15.296
(4) Margem bruta da Oxiteno		418	(7.439)	(15.296)
<b>(3)+(4)</b>	<b>Efeito líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBOVESPA em 30 de junho de 2016 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>(Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<b>Swap de taxa de juros (em Reais)</b>				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa	-	24	53
(2) Dívida a taxa fixa	pré-fixada	-	(24)	(53)
(1)+(2)	Efeito líquido	-	-	-

## 32 Compromissos (Consolidado)

### a. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

<b>Porto</b>	<b>Movimentação mínima em toneladas por ano</b>	<b>Vencimento</b>
Aratu	100.000	2016
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 30 de junho de 2016, essas tarifas eram de R\$ 6,99 e R\$ 2,90 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno, apurado trimestralmente, e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2016 um consumo anual mínimo de 190 mil toneladas. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 30 de junho de 2016 e de 2015, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato, conforme condições e tolerância contratuais.

	<b>Compromisso de compra mínima (*)</b>		<b>Demanda acumulada (real)</b>	
	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Em toneladas de eteno				
1º trimestre	47.240	37.743	47.196	44.352
2º trimestre	47.240	46.596	53.530	51.112

(\*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.

A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 30 de junho de 2016 e de 2015, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato, conforme condições e tolerância contratuais.

	<b>Compromisso de compra mínima (*)</b>		<b>Demanda acumulada (real)</b>	
	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Em toneladas de eteno				
1º semestre	17.688	20.101	18.423	17.669

(\*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### b. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco da perda máxima possível de determinados locais, são assim demonstrados:

	<b>Valor máximo indenizável (*)</b>
Oxitenó	US\$ 1.062
Ipiranga	R\$ 770
Ultracargo	R\$ 550
Ultragaz	R\$ 300
Extrafarma	R\$ 135

(\*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 50 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 e 45 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
30/06/2016	24.320	32.462	-	56.782

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

		<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
30/06/2016	a pagar	100.872	279.585	145.451	525.908
	a receber	(47.946)	(143.654)	(70.880)	(262.480)

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, foi R\$ 47.967 (R\$ 51.756 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015).

### 33 Ultracargo - incêndio em Santos

Em 2 de abril de 2015, uma parte das instalações de armazenamento operadas pela Ultracargo em Santos, no Estado de São Paulo, sofreu um incêndio de nove dias que se espalhou em seis tanques de etanol e gasolina. Os seis tanques representavam 4% da capacidade total da Ultracargo no Brasil em 31 de dezembro de 2014. Não houve vítimas e a causa do acidente e seus impactos ainda estão sendo investigados, incluindo a extensão das perdas operacionais, danos aos ativos, potenciais danos ambientais (vide nota explicativa nº 20.b.2.2) e outros passivos e danos à sua reputação. A Sociedade mantém apólices de seguro para cobrir determinados riscos que suas controladas estão expostas (vide nota explicativa nº 32.b).

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Em 9 de abril de 2015, a Prefeitura Municipal de Santos suspendeu as atividades da Ultracargo naquela cidade. As operações da Ultracargo em Santos compreendem duas áreas separadas. Em 27 de abril de 2015 foi publicada no Diário Oficial de Santos, autorização dada pela Prefeitura Municipal de Santos para a Ultracargo retomar as atividades na área não afetada pelo acidente. As operações ainda suspensas correspondem a 185 mil metros cúbicos de capacidade, ou 22,5% da capacidade total da Ultracargo no Brasil.

Está em execução o plano de descomissionamento, que consiste na retirada dos equipamentos e estruturas da parte do terminal atingido pelo incêndio. Este processo permitirá a finalização dos trabalhos de investigação, bem como permitirá o início dos trabalhos de reabilitação da área atingida.

A Ultracargo possui, em seus contratos de prestação de serviços, cláusula de obrigação de contratação de coberturas de seguros, que vincula o pagamento de eventual indenização pela seguradora, de acordo com os prazos de análises e tramitação dos procedimentos das seguradoras. Durante o primeiro semestre de 2016, a Ultracargo firmou compromisso com determinados clientes para adiantamento das indenizações securitárias e provisionou o montante de R\$ 140.246 no passivo e reconheceu o ativo de indenização, no mesmo montante, a receber das seguradoras. Até 30 de junho de 2016, a Ultracargo concedeu adiantamentos a clientes no montante de R\$ 99.062, restando o saldo de R\$ 41.184 no passivo circulante.

O saldo de R\$ 164.330 de ativo de indenização classificado no ativo circulante, inclui R\$ 24.083 de estoques perdidos da Ipiranga. Os valores possuem cobertura de seguro, foram enviados para regulação e aguardam a finalização da perícia pelo Instituto de Criminalística para conclusão do processo de regulação e pagamento das indenizações pelas seguradoras, não sendo esperados impactos materiais no resultado da Sociedade.

A Ultracargo também possui ações judiciais e pleitos extrajudiciais, de terceiros e clientes, reclamando perdas e danos. Os valores reclamados, até o momento, serão objeto de seguro e encontram-se em análise por parte das seguradoras. Os montantes dos passivos contingentes referentes às ações judiciais e pleitos extrajudiciais são de R\$ 100.252 e R\$ 57.597, respectivamente.

Por fim, a Ultracargo pleiteou adiantamentos de despesas de salvamento/contenção e de lucros cessantes, em regulação junto às seguradoras, nos montantes de R\$ 50.818 e R\$ 40.453, respectivamente. O montante de R\$ 29.751 foi recebido no primeiro trimestre de 2016, relativo a certas despesas de salvamento/contenção, e o montante de R\$ 30.000 foi recebido no segundo trimestre de 2016, relativo a lucros cessantes. Ambos os recebimentos foram reconhecidos no resultado da Sociedade. O saldo de ativos contingentes será reconhecido quando recebido ou homologado pela seguradora.

### **34 Evento subsequente**

Em 4 de agosto de 2016, a Sociedade, por meio da sua controlada IPP, firmou acordo de associação com a Chevron Brasil Lubrificantes Ltda. (“Chevron”) para criar uma nova empresa no mercado de lubrificantes. Nos termos deste acordo, a associação será formada pelas operações de lubrificantes da Ipiranga e da Chevron no Brasil. Ipiranga e Chevron deterão 56% e 44%, respectivamente, do capital da nova empresa. Esta transação está sujeita à aprovação das autoridades reguladoras competentes, notadamente o CADE.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Ultrapar Participações S.A.

São Paulo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de agosto de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco

Contador

CRC nº 1 SP 138635/O-2